



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL
DEPARTAMENTO DE EXTRATIVISMO - GERÊNCIA DE AGROEXTRATIVISMO**

**PLANO NACIONAL DE PROMOÇÃO DAS CADEIAS DE PRODUTOS DA
SOCIOBIODIVERSIDADE – PNPSB**

Projeto PNUD BRA/08/012

TDR Nº 135110 - Contrato 2011/000004

Produto 2

**RELATÓRIO TÉCNICO COM SISTEMATIZAÇÃO, AVALIAÇÃO E PROPOSIÇÃO DE
ENCAMINHAMENTOS DAS AÇÕES REALIZADAS PELO MMA NO ÂMBITO DAS CADEIAS
DE VALOR E APLS PRIORIZADOS NO ÂMBITO DO PNPSB NO PRIMEIRO TRIMESTRE DE
2011**

Wagneide Rodrigues
Consultora

Brasília, abril de 2011



COORDENAÇÃO NACIONAL
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA
SECRETARIA DE AGRICULTURA FAMILIAR – SAF
DEPARTAMENTO DE GERAÇÃO DE RENDA E AGREGAÇÃO DE VALOR
Arnoldo Anacleto de Campos - Diretor
José Ademar Batista - Coordenador

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME – MDS
SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL E PARCERIAS - SAIP
DEPARTAMENTO DE ARTICULAÇÃO GOVERNAMENTAL
Sérgio Paz Magalhães - Diretor

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA
SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – SEDR
DIRETORIA DE EXTRATIVISMO - DEX
Claudia Maria Calório - Diretora
Júlio César Gomes Pinho – Gerente de Agroextrativismo

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB
DIRETORIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA E INFORMAÇÃO – DIPAI
Silvio Isopo Porto – Diretor
Rogério Neuwald – Assessor da Diretoria

EQUIPE TÉCNICA
MMA
Alan Ainer Boccato Franco
Andrea Oncala – DEX
Cláudia Souza
Fábio Chicuta Franco
Haroldo César B. De Oliveira
Sofia Araújo Alves
Waldemar Freire de Mesquita Filho

SUMÁRIO

Lista de Tabelas.....	4
Lista de Quadros.....	4
Lista de Mapas.....	5
Anexos	5
Siglas	6
APRESENTAÇÃO	8
INFORMAÇÕES GERAIS DA CONSULTORIA	9
Dados Cadastrais do Consultor	9
Dados Cadastrais do Termo	9
Descrição do Produto.....	9
1. INTRODUÇÃO	10
1.1 Metodologia de Trabalho.....	11
2.CADEIAS DE VALOR E APLs PRIORIZADOS NO PNPSB	14
Mapa 1 - Brasil - Biomas e APLs	15
Quadro 1. APL Castanha do Brasil	17
Mapa 2. APL Castanha-do-Brasil –Sul do Amazonas.....	18
Quadro 2 APL Castanha-do-Brasil – Oriximiná - Pará.....	19
Mapa 3. APL Castanha-do-Brasil Oriximiná.....	20
Quadro 3. Apl Babaçu – Médio Mearim	21
Mapa 4. APL Babaçu – Médio Mearim.....	22
Quadro 4 APL Babaçu – Bico do Papagaio	23
Mapa 5. APL Babaçu – Bico do Papagaio	24
Quadro 5. APL Óleos – BR-163.....	25
Mapa 6. APL Óleos – BR-163.....	26
Quadro 6. APL Açaí – Ilha do Marajó.....	27
Mapa 7. APL Açaí – Ilha do Marajó.....	28
Quadro 7. APL Caranúba – Vale do Jaguaribe e do Açú.....	29
Mapa 8. APL Caranúba – Vale do Jaguaribe e do Açú.....	30
Quadro 8. APL Buriti – Piauí	31
Mapa 9. APL Buriti – Piauí	32
Quadro 9. APL Piaçaba – Médio e Alto Rio Negro.....	32
Mapa 10. APL Piaçaba – Médio e Alto Rio Negro.....	34
Quadro 10. APL Piaçava – Baixo Sul Bahia	35
Mapa 11. APL Piaçava – Baixo Sul Bahia	36
Quadro 11. APL Frutos da Caatinga – Norte de Minas e Pernambuco.....	37
Mapa 12. APL Frutos da Caatinga Norte de Minas e Pernambuco.....	38
Quadro 12. APL Frutos do Cerrado – Norte de Minas	39

Mapa 13. APL Frutos do Cerrado – Norte de Minas	41
Quadro 13. APL Seringa – Vale do Acre.....	42
Mapa 14. APL Seringa – Vale do Acre.....	43
Quadro 14. APL Pinhão e Mate	44
Mapa 15. APL Pinhão e Mate	45
2.1. APLs e os Quilombolas	46
Mapa 16. Brasil – APL – Municípios com Quilombolas.....	47
2.2. APLs e os Projetos de Assentamentos Agroextrativistas	48
Mapa 17. Projetos de Assentamentos Agroextrativistas e Limites dos APLs	49
2.3. Políticas Públicas - DAP / PAA / PGPM	50
Tabela 01. DAPs por APL em 2010	51
Mapa 18. Municípios atendidos pelo PAA e limites dos APLs	52
3. SITUAÇÃO ATUAL DAS AÇÕES NAS CADEIAS DE VALOR E NOS APLs – PNPSB	53
Tabela 02. Fomento do MMA/DEX/CEX para os Arranjos Produtivos em 2011	56
Mapa 19. Produção de Carnaúba Ceará	57
Mapa 20. Produção de Babaçu e Pequi no Ceará	58
Mapa 21. Frutos da Caatinga – Bahia.....	58
Mapa 22. Buriti no Piauí.....	60
3.1. Oficinas de Boas Práticas de Manejo	61
Tabela 03. Oficinas Boas Práticas de Manejo	63
4. ENCAMINHAMENTOS	64
5. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	66
6. ANEXOS	67

Lista de Tabelas

Tabela 01 - DAPs por APL em 2010

Tabela 02 - Fomento do MMA/DEX/CEX para os Arranjos Produtivos em 2011

Tabela 03 - Oficinas Boas Práticas de Manejo

Lista de Quadros

Quadro 1 – APL Castanha-do-Brasil (Sul do Amazonas)

Quadro 2 – APL Castanha-do-Brasil (Oriximiná).

Quadro 3 – APL Babaçu (Médio Mearim – Maranhão)

Quadro 4 – APL Babaçu (Bico do Papagaio)

Quadro 5 – APL Óleos (BR-163 – Pará)

Quadro 6 – APL Açaí (Ilha do Marajó)

Quadro 7 – APL Carnaúba (Vales do Jaguaribe e Açú - CE/RN)

Quadro 8 – APL Buriti (Piauí)

Quadro 9 – APL Piaçaba – Médio e Alto Rio Negro (Amazonas)

Quadro 10 – APL Piaçava (Costa Sul da Bahia)

Quadro 11 – APL Frutos da Caatinga (Norte da Bahia)

Quadro 12 – APL Frutos do Cerrado (Norte de Minas)

Quadro 13 - APL Seringa (Vale do Acre)

Quadro 14 – APL Pinhão e Mate (Região de Irati e BR-376 – Paraná)

Lista de Mapas

Mapa 1 – Brasil - Biomas e APLs
Mapa 2 – APL Castanha-do-Brasil (Sul do Amazonas) – TI e UC 2011
Mapa 3 – APL Castanha-do-Brasil (Oriximiná) – TI, UC e TQ 2011
Mapa 4 – APL Babaçu (Médio Mearim – Maranhão) – TI e TQ 2011
Mapa 5 – APL Babaçu (Bico do Papagaio) - TI, UC e TQ 2011
Mapa 6– APL Óleos (BR-163 – Pará) - TI e UC 2011
Mapa 7 – APL Açaí (Ilha do Marajó) - TI e UC 2011
Mapa 8 – APL Carnaúba (Vales do Jaguaribe e Açú - CE/RN) - UC e TQ 2011
Mapa 9 – APL Buriti (Piauí) - UC e TQ 2011
Mapa 10 – APL Piaçaba – Médio e Alto Rio Negro (Amazonas) - TI e UC 2011
Mapa 11 – APL Piaçava (Costa Sul da Bahia) - TI e UC 2011
Mapa 12 – APL Frutos da Caatinga (Norte da Bahia) - TI, UC e TQ 2011
Mapa 13 – APL Frutos do Cerrado (Norte de Minas) - TI, UC e TQ 2011
Mapa 14 – APL Seringa (Vale do Acre) – TI e UC 2011
Mapa 15 – APL Pinhão e Mate (Região de Irati e BR-376 – Paraná) - TI, UC e TQ 2011
Mapa 16 – Brasil – APLs Municípios com Quilombolas e Projetos Assentamentos Agroextrativistas
Mapa 17 – Ceará – Produção da Carnaúba - Quilombolas
Mapa 18 – Ceará – Produção do Babaçu e do Pequi - Quilombolas
Mapa 19 - Bahia – Frutos da Caatinga - Quilombolas
Mapa 20 – Piauí – Buriti – Quilombolas, apoio MCT e Termo de Cooperação
Mapa 21 – Brasil – APLs e Políticas Públicas

Anexos

Anexo 01 – Relatório da Reunião da CEX 21/03/2011.
Anexo 02 – Relatório da Reunião da CEX 05/04/2011.
Anexo 03 - Relatório da reunião da transição do plano 22.03.11
Anexo 04 – APL – Unidades de Conservação
Anexo 05 – APL – Terras Indígenas
Anexo 06 - Informações dos APLs Pinhão Mate e Juçara
Anexo 07 - Quilombolas no Brasil – Fundação Palmares
Anexo 08 - Quilombolas Títulos Expedidos - INCRA
Anexo 08a - Quilombolas andamento dos processos - INCRA
Anexo 09 - Sumário executivo - resultados da CONAB em 2010 - PAA
Anexo 10 - PGPMBio safra 2010 2011
Anexo 10a - Custo de Produção de Produtos extrativistas em 2011
Anexo 10b - Quadro de Pagamento aos Extrativistas PGPM 2010
Anexo 11 - DAPs por Municípios em 2010
Anexo 12 - Edital de Justificativa MDS
Anexo 13 - Termo de Cooperação MDS/MMA
Anexo 14 – Manifestação de Interesse Pequi e Piaçava
Anexo 15 – Contatos por Estado
Anexo 16 – Pasta Geoprocessamento MMA 211 (arquivos georreferenciados)

Siglas

ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
APL	Arranjos Produtivos Locais
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CEX	Gerência de Agroextrativismo
CdV	Cadeia de Valor
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNS	Conselho Nacional dos Povos Extrativistas
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
COOPERACRE	Cooperativa Central de Comercialização do Estado do Acre
COVEMA	Cooperativa Verde de Manicoré
COOPERCUC	Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá.
COOPCERRADO	Cooperativa Mista de Agricultores Familiares, Extrativistas, Pescadores, Vazanteiros e Guias Turísticos do Cerrado
CTP	Câmara Técnica dos Produtos da sociobiodiversidade
CEDRUS	Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável
CVP	Cernambi Virgem Prensado
DAP	Declaração de Aptidão ao PRONAF
DEX	Diretoria de Extrativismo
DGRAV	Departamento de Geração de Renda e Agregação de Valor
DOP	Diagnóstico Organizacional Participativo
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
GTZ	Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit GmbH (Cooperação Técnica Alemã)
FENAFRA	Feira Nacional da Agricultura Familiar e Reforma Agrária
FDL	Folha Defumada Líquida
ICMBio	Instituto Chico Mendes
IDEFLOR	Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado do Pará
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPA	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
ISPN	Instituto Sociedade, População e Natureza
MAPA	Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
MDA	Ministério de Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MIQCB	Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MTur	Ministério do Turismo
ONG	Organização Não Governamental
PA	Projeto de Assentamento

PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PCT	Projeto de Cooperação Técnica
PCTAFs	Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares
PGPAF	Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar
PGPM	Política de Garantia de Preços Mínimos
PNAE	Programa Nacional da Alimentação Escolar
PFNM	Produtos Florestais Não Madeireiros
PNPCT	Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais
PNPSB	Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPIGRE	Programa de Promoção a Igualdade de Gênero, Raça e Etnia
PPP	Parceria Público Privado
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSE	Parceria com Setor Empresarial
REB	Relação de Extrativistas Beneficiários
RESEX	Reserva Extrativista
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
RECA	Reflorestamento Econômico Consorciado e Adensado
SAF	Secretaria da Agricultura Familiar
SAIP	Secretaria de Inclusão Produtiva
SEAF	Secretaria da Agricultura Familiar
SEAPROF	Secretaria de Estado de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar
SEBRAE	Serviço Nacional de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SFB	Serviço Florestal Brasileiro
UC	Unidade de Conservação
UICN	União Internacional para a Conservação da Natureza
SAGRI	Secretaria de Agricultura do Estado do Pará
SEDR	Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável
SDS	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas
TDR	Termo de Referência
TI	Terra Indígena
TQ	Território Quilombola
WWF	World Wildlife Fund - Brasil

APRESENTAÇÃO

O presente documento corresponde ao 2º Produto da consultoria realizada para o Ministério do Meio Ambiente, via PNUD - Projeto BRA/08/012, edital 01- apoio à gestão, no âmbito do Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade. A consultoria tem por objetivo desenvolver análises e estudos e propor estratégias para a execução das atividades de responsabilidade do MMA na gestão das ações identificadas nos planos de ação das Cadeias de Valor do Babaçu e Castanha-do-Brasil e dos Arranjos Produtivos Locais prioritários, relacionadas à gestão do PNPSB junto ao Governo federal e com os estados da federação envolvidos.

O Produto 2 corresponde ao “Relatório Técnico com sistematização, avaliação e proposição de encaminhamentos das ações realizadas pelo MMA no âmbito das Cadeias de Valor e APLs priorizados no PNPSB no primeiro trimestre de 2011”.

Esse relatório foi estruturado com base nas informações levantadas na CEX/DEX/MMA no período de 15 de fevereiro a 15 de abril de 2011 sobre as Cadeias de Valor e APLs priorizados. Visando melhor compreensão, o documento foi organizado da seguinte forma:

1. Introdução - apresenta o contexto do texto e a metodologia de trabalho;
2. Cadeias de Valor e APLs priorizados no PNPSB – traz o resgate das informações sobre os APLs, bem como um conjunto de mapas sobre esses territórios além dos territórios quilombolas e do Projetos de Assentamentos Agroextrativistas;
3. Situação atual das ações nas Cadeias de Valor e nos APLS - PNPSB – apresenta a situação dos APLs atividades desenvolvidas no primeiro período desse ano;
4. Encaminhamentos;
5. Bibliografia Consultada.

Anexos : oferece à parte, documentos com maiores detalhes sobre as reuniões realizadas em nível técnico e de coordenação, sobre os territórios quilombolas, e documentos complementares relevantes, organizadas em anexos.

INFORMAÇÕES GERAIS DA CONSULTORIA

Dados Cadastrais do Consultor

PROPONENTE WAGNEIDE RODRIGUES		CPF 806.133.651-00	
TERMO DE REFERÊNCIA Nº 135110		Nº DO CONTRATO 2011/000004	
ENDEREÇO: SQS 409 BLOCO G Entrada F, APT 101 – ASA SUL			
CIDADE BRASILIA	UF DF	CEP 70.258-070	DDD/TELEFONE (61) 9675-5235
Conta Corrente nº 8794-7	Banco Brasil	Agência 3591-2	E-mail wagneide@hotmail.com / wagneide.rodrigues@mma.gov.br

Dados Cadastrais do Termo

TÍTULO DO PROJETO Programa de Apoio ao Agroextrativismo e aos Povos e Comunidades Tradicionais	PERÍODO DE EXECUÇÃO	
	INÍCIO 02/02/2011	TÉRMINO 31/12/2011
IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO Projeto PRODOC BRA/08/012 – Programa de Apoio ao Agroextrativismo e aos Povos e Comunidades Tradicionais. Resultado 2 - Cadeias produtivas, mercados e iniciativas associadas ao agroextrativismo e à sociobiodiversidade definidas e implantadas. Produto 2.4 - Desenvolvimento de subsídios técnicos para a implementação do Plano Nacional da Sociobiodiversidade.		

Descrição do Produto

De acordo com o Termo de Referência Nº 135110 parte integrante do Contrato de Prestação de Serviços 2011/000004-PNUD, Projeto PNUD BRA/08/012, este documento corresponde ao segundo produto “Relatório Técnico com sistematização, avaliação e proposição de encaminhamentos das ações realizadas pelo MMA no âmbito das Cadeias de Valor e APLs priorizados no PNPSB no primeiro trimestre de 2011”. O valor do Produto 2 é de R\$ 25.074,00 (vinte e cinco mil e setenta e quatro reais) correspondentes a 30% do valor do contrato. Nesse período não foram realizadas viagens aos estados de atuação do projeto.

1. INTRODUÇÃO

O Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade – PNPSB, com a missão de articular as políticas de governo voltadas à promoção do desenvolvimento sustentável, geração de renda e justiça social, busca “Desenvolver ações integradas para a promoção e fortalecimento das cadeias de produtos da sociobiodiversidade, com agregação de valor e consolidação de mercados sustentáveis”. Ele visa, assim, o fortalecimento das cadeias produtivas e a consolidação de mercados sustentáveis para os produtos e serviços da sociobiodiversidade oriundos de territórios ocupados por povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais e agricultores familiares.

O PNPSB regulamentado em 21 de julho de 2009, por meio da Portaria Interministerial nº 239 de 21 de julho de 2009, tem a Coordenação composta pelos ministérios do Desenvolvimento Agrário, do Meio Ambiente, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e da Companhia Nacional de Abastecimento, e, se organiza em seis eixos de ação: Promoção e Apoio à Produção e ao Extrativismo Sustentável, estruturação e Fortalecimento dos Processos Industriais, Estruturação e Fortalecimento de Mercados para os Produtos da Sociobiodiversidade, Fortalecimento da Organização Social e Produtiva, Ações complementares para fortalecimento das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade, e, Ações Complementares para a Valoração dos Serviços da Sociobiodiversidade.

As atividades planejadas para a implantação do PNPSB foram elaboradas no formato de um plano de ação, no qual foi composto por gargalos. Os gargalos são as deficiências diagnosticadas nas cadeias de produtos da sociobiodiversidade a serem trabalhadas no âmbito do Plano pelos Ministérios em caráter imediato. São divididos em cinco partes denominados: Gargalo 1: Deficiência nos serviços de apoio (ATER, fomento e crédito); Gargalo 2: Baixa capacidade organizativa da cadeia; Gargalo 3: Baixa oferta de produtos de qualidade; Gargalo 4: Acesso a mercados (diálogos com o setor empresarial e mercados institucionais); Gargalo 5: Acesso e vulnerabilidade dos estoques naturais

Assim, o presente trabalho de consultoria de apoio à gestão visa subsidiar a equipe técnica do Ministério do Meio Ambiente na implementação e no monitoramento das ações quanto aos gargalos sobre a baixa oferta de produto com qualidade, acesso a mercados por meio do diálogo com o setor empresarial e, o acesso e vulnerabilidade dos estoques naturais. Para superar esses gargalos, o Programa de Apoio ao Agroextrativismo e aos Povos e Comunidades Tradicionais (Projeto BRA/08/012), por meio da Gerência de Agroextrativismo – CEX tem desenvolvido ações para a promoção de Cadeias de Valor e APLs priorizados, com o foco no apoio e fomento da produção sustentável dos recursos da sociobiodiversidade de Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares.

O presente relatório denominado “Relatório Técnico com sistematização, avaliação e proposição de encaminhamentos das ações realizadas pelo MMA no âmbito das Cadeias de Valor e APLs priorizados no âmbito do PNPSB no primeiro trimestre de 2011”, trata do levantamento e da análise das informações sobre os Arranjos Produtivos Locais acompanhados pela CEX. São considerados alguns aspectos importantes, apresentados numa linguagem cartográfica, como a identificação dos municípios que possuem comunidades quilombolas registradas na Fundação Palmares e as terras quilombolas

demarcadas no INCRA, além dos povos indígenas e dos projetos de assentamentos agroextrativistas no Brasil, demarcados pelo INCRA.

São abordados no primeiro capítulo os dados dos APLs e os mapas respectivos, além dos dados de quilombolas, de projetos de assentamentos agroextrativistas e políticas públicas de acesso a mercados. Em seguida, no segundo capítulo são apresentadas as atividades realizadas no primeiro trimestre de 2011 para os APLs. E, finalmente são apresentados os encaminhamentos. As informações sistematizadas e analisadas contidas neste relatório buscam subsidiar a coordenação do PNPSB com informações técnicas para a definição de estratégias de atuação que possibilitem a inclusão produtiva dos Povos e Comunidades Tradicionais, Agricultores Familiares – PCTAFs.

1.1 Metodologia de Trabalho

A sistematização, avaliação e proposição de encaminhamentos das ações realizadas pelo MMA no âmbito das Cadeias de Valor prioritárias do Babaçu e Castanha-do-Brasil e dos Arranjos Produtivos Locais, priorizados no PNPSB no primeiro trimestre de 2011, se deram por meio de várias atividades:

- Relatoria de reuniões de Planejamento da equipe da CEX e reuniões de transição do Plano (Anexo I a III);
- Levantamento e organização de contatos da CEX;
- Levantamento, análise e sistematização de documentos relacionados às atividades de Promoção das Cadeias dos Produtos da Sociobiodiversidade. Para isso foram elaboradas e, validadas em reunião com a equipe técnica e coordenação um conjunto de pastas para serem preenchidas com informações (Situação Geral do APL - Informações Complementares: Comunidades, Projetos de Assentamentos, Terras Indígenas, Território Quilombola, Unidades de Conservação – Planos de Manejo / mapa / Contatos – Empresas, Núcleo Gestor, Pesquisadores e Pontos focais / Projetos - Fontes de Financiamento e Banco de Projetos / Mercados – DAP, PAA e PGPM / Planejamento – atas de reuniões e planejamento estratégico); Cabe ressaltar que o levantamento e análise de documentos tiveram como base de informação os documentos e relatórios gerados pela equipe técnica, pelos parceiros ministeriais e pelos consultores de cooperação técnica; foram feitas a seleção de arquivos e a atualização de dados de UCs e TIs por meio do geoprocessamento;
- Organização e atualização de informações de cada APL em formato de quadro, conforme o arquivo do Excel sobre acompanhamento técnico e diagnóstico dos APLs, alimentado pelos técnicos da CEX (território, municípios, Unidades de Conservação, Terras Indígenas, Território Quilombola, qual o público que exerce atividade no APL, número de famílias diretamente envolvidas, possui núcleo gestor, qual a composição, contatos, situação de funcionamento do núcleo gestor, existe política de desenvolvimento territorial, quais possuem DAP, quem emite, acesso ao PAA, desde quando, quais produtos, acesso a PGPM, desafios e problemas, safra – período, quais os empreendimentos no território, situação de funcionamento, o que ele produzem, quais as empresas no território que trabalham com os produtos do APL, possui parceria com empresas, mercado e informações complementares);

- Reunião técnica e pesquisa no INCRA sobre os Projetos de Assentamentos Agroextrativistas e os Territórios Quilombolas; foi fornecido por esse órgão o banco de dados georreferenciados dos respectivos temas;
- Edição de dados georreferenciados, num primeiro momento para atualizar informações de Terras Indígenas e Unidades de Conservação bem como organização de tabelas dessas informações. Em seguida, a edição de vários mapas para visualização dos Arranjos e dos dados sobre Quilombolas, Acessos às Políticas (PAA, DAP, etc.), Projetos de Assentamentos Agroextrativistas. Cabe ressaltar que, cada mapa temático do Brasil apresenta também os limites dos APLs, favorecendo na análise territorial;
- Aquisição e arquivamento de dados de Estradas do DNIT por Estado, publicado em 2009, que podem subsidiar planejamentos de viagens em campo;
- Análise de consultorias anteriores sobre os instrumentos de fomento, com especial atenção ao Termo de Cooperação entre MMA e MDS, bem como o Edital de Justificativa do MDS;
- Análise das Políticas Públicas (PAA, DAP, PGPM), com o levantamento de informações sobre: DAPs por Municípios, e posteriormente foi separado por APL para alimentar os quadros de informações dos APLs; Custos de Produção de Produtos da PGPM-Bio safra 2011, da CONAB;
- Levantamento sobre os empreendimentos dos APLs, com base nos arquivos fornecidos pelos técnicos da CEX e nos produtos dos consultores;
- Análise dos produtos dos consultores sobre os APLs.

Em complementação às informações levantadas, foram organizados e analisados, nas pastas supracitadas, os dez produtos dos cinco consultores que foram contratados entre 2008 e 2009 para mapeamento de dez cadeias de valor de produtos florestais não madeireiros: 1. castanha-do-brasil e borracha, 2. carnaúba (cera) e babaçu, 3. açaí e piaçava (fibras), 4. copaíba (óleos vegetais) e andiroba, 5. pequi (alimentos) e buriti.

Foram levantadas, também, as informações sobre os produtos preliminares de Boas Práticas de Manejo que estão sobre a Coordenação de Agricultura AgroEcológica - COAGRE do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento: babaçu, açaí, castanha-do-brasil. E mais duas, que estão sobre a responsabilidade do Departamento de Floresta - DFlor, da Secretaria de Biodiversidade e Floresta do Ministério do Meio Ambiente: andiroba e copaíba. Além desses produtos preliminares, também foram adquiridas as publicações do Instituto Sociedade, População e Natureza – ISPN e inseridas nas pastas de informações dos APLs, sobre as seguintes espécies: umbu, mangaba, pequi, coquinho azedo, capim dourado e buriti.

Visando fornecer subsídios técnicos para integrar as ações do PNPSB nas agendas estaduais do departamento, nesse período a consultoria de apoio à gestão desenvolveu diversos trabalhos de geoprocessamento que tem favorecido na etapa de análise territorial para a tomada de decisão da coordenação e da equipe técnica sobre o apoio por meio do Termo de Cooperação MMA/MDS, aos povos Quilombolas e aos povos Indígenas, favorecendo na definição de novos Arranjos Produtivos

Locais, como no Ceará para o Babaçu e o Pequi, na Bahia para os frutos da caatinga, e no Piauí para o Buriti, além dos APLs Indígenas: Óleos e Castanha-do-Brasil na região da BR-163, Pará e Piaçaba no médio rio negro, Amazonas.

Dessa forma, os trabalhos de geoprocessamento estiveram voltados, num primeiro momento, para o levantamento das informações georreferenciadas da CEX, como os limites dos APLs e a organização da base dados geográfica do Ministério do Meio Ambiente, da FUNAI e do IBGE na plataforma do ARCVIEW, como: limites estaduais, limites municipais, sedes municipais, estradas, hidrografia, etc. Foi editado o mapa de Biomas com a inserção dos limites dos APLs, possibilitando a visualização espacial das informações. Os dados atualizados, georreferenciados em um bando de dados de comunidades tradicionais, de quilombolas e de territórios indígenas, além das Unidades de Conservação também foram sistematizadas nesse período. Assim, foram levantados dados sobre os Territórios Quilombolas na Fundação Palmares, e dados georreferenciados sobre Quilombolas e Projetos de Assentamentos, incluindo Projetos de Assentamentos Agroextrativistas - PAE e Projetos de Desenvolvimento Sustentável - PDS, no INCRA. Também foram levantados os dados georreferenciados dos Territórios da Cidadania. Essas informações foram editadas e subsidiaram os diversos mapas dos Arranjos Produtivos Locais a seguir.

Além dos mapas dos APLs, que totalizaram quatorze (14) mapas, foram editados outros mapas a nível nacional: APLs e Biomas, APLs e municípios com Quilombolas; APLs e Projetos de Assentamentos Agroextrativistas, com destaque para Projetos de Assentamentos Agroextrativistas - PAE e Projetos de Desenvolvimento Sustentável - PDS, e, APLs e PAA. Ainda foram editados mais quatro mapas sobre produção e quilombolas para a definição de novos Arranjos Produtivos Locais, como no Ceará para a Carnaúba e para o Babaçu e o Pequi, na Bahia para os frutos da caatinga, e no Piauí para o Buriti.

Assim, a proposição de estratégias de acompanhamento e articulação das ações de implantação do PNPSB junto às organizações dos Povos e Comunidades Tradicionais e dos estados da federação participantes da agenda do PNPSB, é subsidiada pela análise territorial das políticas públicas voltadas para o PCTAFs.

2. CADEIAS DE VALOR E APLs PRIORIZADOS NO PNPSB

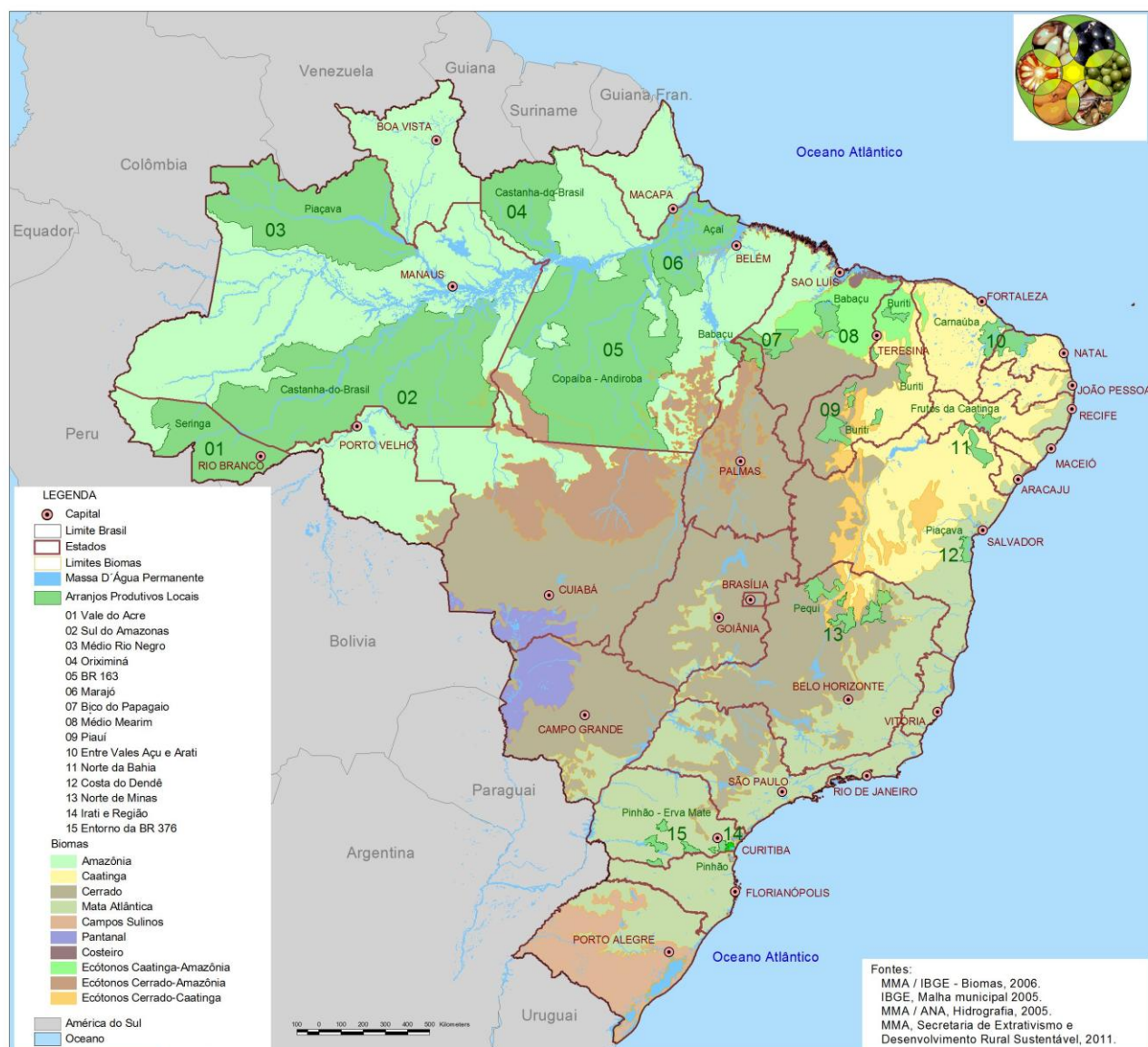
Os Arranjos Produtivos Locais – APLs da Sociobiodiversidade têm como objetivo principal “Apoiar iniciativas de promoção da segurança alimentar e nutricional e de geração de renda para Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares”, buscando assim, promover o diálogo entre os atores produtivos, organizações de apoio e governos dos diferentes níveis. Entre os objetivos específicos estão: planejar as estratégias de melhoria dos APLs com a realização de diagnóstico e mapeamento; promover a articulação entre os diferentes operadores integrantes de cada APL e entre os APLs, os Estados e o Governo Federal; desenvolver e fortalecer capacidades para os diferentes operadores integrantes de cada APL.

A Cadeia de Valor da Sociobiodiversidade, conforme conceituado no Plano é um sistema integrado, constituído por atores interdependentes e por uma sucessão de processos de educação, pesquisa, manejo, produção, beneficiamento, distribuição, comercialização e consumo de produto e serviços da sociobiodiversidade, com identidade cultural e incorporação de valores e saberes locais e que asseguram a distribuição justa e equitativa dos seus benefícios. Já os APLs se caracterizam por grupo de empreendimentos de um mesmo ramo, localizados em um mesmo território, que mantêm algum nível de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com os demais atores locais (governo, pesquisa, ensino, instituições de crédito).

A política voltada para os PCTAFs, por meio das articulações nos órgãos governamentais e não governamentais, bem como da identificação de oportunidades de integração, complementaridade e sinergias entre ações e políticas de fomento ao desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais, fortalecida a partir da construção do PNSB, priorizou duas cadeias, em virtude da sua relevância socioeconômica: a da castanha-do-brasil, do Bioma Amazônia, e a do babaçu, presente nas Zonas de Transição entre Amazônia, Cerrado e Caatinga.

Além dessas duas Cadeias Prioritárias, foram selecionados outros territórios no âmbito da Gerência de Agroextrativismo e Comunidades Tradicionais/DEX/MMA segundo critérios políticos, sócio culturais, econômicos, de mercado, ambientais, como a representatividade em relação aos Biomas brasileiros, além da importância dos produtos para os Povos e Comunidades Tradicionais, da concentração desses atores sociais e das áreas priorizadas para a Agenda Social do Governo Federal: borracha, carnaúba (cera), açaí, piaçava (fibras), óleos vegetais (copaíba e andiroba), pequi (alimentos) e buriti. Acrescidos a esses APLs, também foram delimitados os da Castanha em Oriximiná, do Babaçu no Médio Mearim, dos Frutos da Caatinga no norte da Bahia, da Piaçaba no Médio e Alto Rio Negro e, do Pinhão e Mate no Paraná (Mapa 1. Brasil – APLs e Biomas). Assim, são 15 territórios de atuação da CEX/DEX/MMA em 2011.

Mapa 1 - Brasil - Biomas e APLs



A ação orientada para a promoção de cadeias e APLs, com o foco no apoio e fomento à produção sustentável de Povos Indígenas e Quilombolas e Povos e Comunidades Tradicionais, considerando os seis eixos de atuação do PNPSB, se deu, entre outras atividades, com o processo de construção do Plano, e com a elaboração de documentos e planejamento participativo sobre cada produto. Foram elaborados alguns documentos, como os de planejamento estratégico que ocorreu com a contratação de cinco consultores, acompanhando dois produtos cada, para o mapeamento de dez cadeias de valor de produtos florestais não madeireiros resultando na identificação das limitações e oportunidades de cada cadeia assim como na elaboração de planos de ação com responsabilidades compartilhadas entre os diferentes atores. Os desafios enfrentados nessa política se concentram principalmente na dificuldade quanto ao acesso a mercados, no desenvolvimento em ciência e tecnologia, na infra-estrutura adequada e na afirmação da identidade desses PCTAFs.

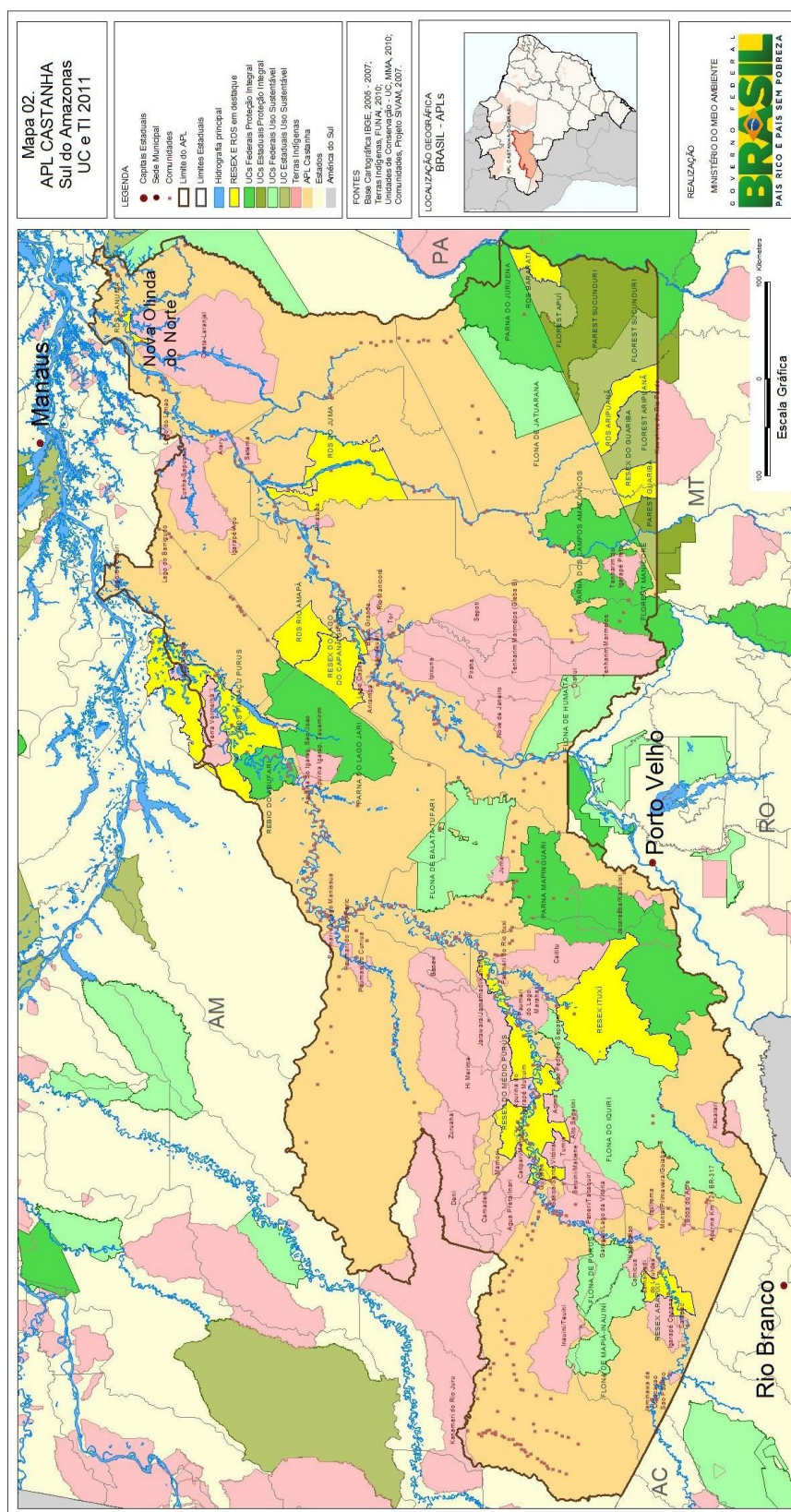
Para continuidade das ações de estruturação dos APLs, foram elencadas pela CEX algumas atividades para 2011: mapeamento da cadeia e revisão do mapeamento nos APLs antigos; instituição e implantação de núcleo gestor; animação e mobilização do núcleo gestor; construção de projetos estratégicos; capacitação em gestão de empreendimento; capacitação em boas práticas de produção; oficina de políticas públicas.

O diagnóstico geral de cada APL, apresentado a seguir, contém dados de: Municípios, UCs, TIs, Quilombolas, Núcleo Gestor, famílias envolvidas, política de desenvolvimento territorial, acesso à Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP, número de famílias envolvidas, acesso ao PAA, acesso à PGPM, empreendimentos, etc. Acrescida a essas informações, são apresentadas ainda os dados espaciais de cada APL, com a identificação de Limite do território, Unidades de Conservação, Terras Indígenas, Quilombolas, etc. Com essas informações sistematizadas é possível analisar espacialmente o território apoiado pela CEX.

Quadro 1. APL Castanha-do-Brasil

Território: Sul do Amazonas		
Municípios: Apuí, Borba, Humaitá, Manicoré, Nova Olinda do Norte, Novo Aripuanã, Boca do Acre, Beruri, Canutama, Lábrea, Pauini, Tapauá		
Unidade de Conservação: Parna do Juruena, Parna dos Campos Amazônicos, Parna Mapinguari, Parna Nascentes do Lago Jari, Rebio do Abufari, Est. Ecol. de Cuniã, Flona de Balata-Tufari, Flona de Humaitá, Flona Jatuarana, Flona de Mapiá-Inauini, Flona de Pau-Rosa, Flona de Purus, Flona do Iquiri, Resex Arapixi, Resex do Lago do Capanã Grande, Resex do Médio Purús, Resex Ituxi. (6 UCs Federais de Proteção Integral e 11 UCs Federais de Uso Sustentável) Parest Guariba, Parest Igarapés do Juruena, Pareste Sucunduri, Parest Tucumã, Florest Apuí, Florest Aripuanã, Florest Manicoré, Florest Maués, Florest Sucunduri, RDS Aripuanã, RDS Bararati, RDS Canumã, RDS do Juma, RDS Piagaçu Purus, RDS Rio Amapá, Resex do Guariba (4 UCs Estaduais de Proteção Integral e 12 UCs Estaduais de Uso Sustentável)		
Terra Indígena: Acima, Agua Preta/Inari, Alto Sepatini, Apurina do Igarapé Mucum, Apurina do Igarapé Sao Joao, Apurina Igarapé Tauamirim, Apurina Km 124 BR-317, Arary, Ariramba, Baixo Grande, Banawá, Boca do Acre, Caiapucá, Caititu, Camadeni, Camicua, Catipari/Mamoria, Coata-Laranjal, Cunha-Sapucaia, Deni, Diahui, Garaperi/Lago da Vitoria, Guajaha, Hi Merima, Igarapé Capana, Igarapé-Açu, Inauini/Teuini, Ipixuna, Iquirema, Terra Vermelha, Jacareúba/Katauixi, Jamamadi do Lourdes, Jaminawa da Colocação Sao Paulino, Jarawara/Jamamadi/Kanamati, Juma, Kanamari do Rio Juruá, Kawahiva do Rio Pardo, Kaxarari, Lago Aiapua, Lago Capana, Lago do Barrigudo, Lago do Beruri, Lago do Limao, Lago Jauari, Mamoriá, Monte/Primavera/Goiaba, Nove de Janeiro, Paumari do Cuniua, Paumari do Lago Manissua, Paumari do Lago Maraha, Paumari do Lago Paricá, Paumari do Rio Ituxi, Peneri/Tacaquiri, Pinatuba, Piraha, Rio Manicoré, Sakoa/Santa Vitória, Sao Pedro do Sepatini, Sepoti, Seruini/Mariene, Setema, Tenharim do Igarapé Preto, Tenharim Marmelos, Tenharim Marmelos (Gleba B), Torá, Tumia. (66 Terras Indígenas)		
Território Quilombola Não		
Qual o Público que exerce atividade no APL? Ribeirinho, castanheiro, indígena	Número de Famílias diretamente envolvidas ao menos 700	
Possui Núcleo Gestor SIM	Qual a composição IDAN, CNS	
Contatos SEAFE/SDS - Câmara Setorial de Produtos da Sociobiodiversidade Sila Mesquita (92)9981-4248 sila@vivax.com.br Representante das organizações / Sérgio Gonçalves (IDAM) sgoncalves@ufam.edu.br (92) 3237 4853 (92) 9996 3142 / Conselho Nacional dos Seringueiros – CNS - Manoel da Silva Cunha / Julce/ Erivan (92) 32367311		
Situação de Funcionamento do Núcleo Gestor Não está funcionando		
Existe Política de Desenvolvimento Territorial? Território da Cidadania Madeira		
Quais Possuem DAP? Física ou Jurídica 1534 DAPs em 2010	Quem Emite?	
Acesso ao PAA - Desde quando? SIM (7 municípios – Apuí, Beruri, Borba, Humaitá, Lábrea, Manicoré, Tapauá)	Quais os Produtos Castanha	
Acesso a PGPM Sim (ver em anexo o valor da PGPM para a safra 2011)	Desafios e Problemas Para acessar PGPM é necessário DAP, porém muitos dos comunitários não possuem alguns documentos básicos como Certidão de Nascimento, documento de posse da terra, etc.	
Safra – Período Janeiro a julho	Situação de Funcionamento coletando, vendendo e exportando	
Quais os Empreendimentos no Território (cooperativas, associações atividades que tenham condições de fornecer o produto ao mercado CONVERMA / Usina de beneficiamento sob gestão da COVEMA – Cooperativa Verde Amazonas; / Usinas de beneficiamento sob gestão da COOPERAR- Cooperativa Agroextrativista do Mapiá e Médio Purus. ATAMP – Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas do Médio Purus		O que eles produzem Castanha Castanha seca com casca, Castanha sem casca, doces e artesanato
Quais as empresas no território que trabalham com os produtos do APL: Usinas que Beneficiam a Castanha: Usina de beneficiamento sob gestão da Sociedade Castanheira, formada pela CAEX e a Empresa Beija Flor. / Usina sob gestão da COOPERACRE. / Usina sob gestão da APROCAM / Usina sob gestão da CAAM-coordenação das Associações de Manicoré, atual COVEMA – Cooperativa Verde Amazonas. / Usina sob a gestão da COOPERAR- Cooperativa Agroextrativista do Mapiá e Médio Purus. / Usinas em construção. / Usinas sob a gestão da BAIBA Indústria e Comércio S.A. e Mundial Exportadora Comercial LTDA. / Exportadora Florenzano LTDA. / Usina sob a gestão da AMAZONCOOP. / Usina sob a gestão da Exportadora Mutran LTDA e Jorge Mutran Exportadora de Castanha LTDA. / Usina sob a gestão do RECA. / Usinas sob a gestão da COOPERALCA e COMAJA. / Usina sob gestão da Cooperativa Agroextrativista de São João da Baliza		
Possui Parceria com Empresas – PSE:		
Mercado e Informações Complementares:		

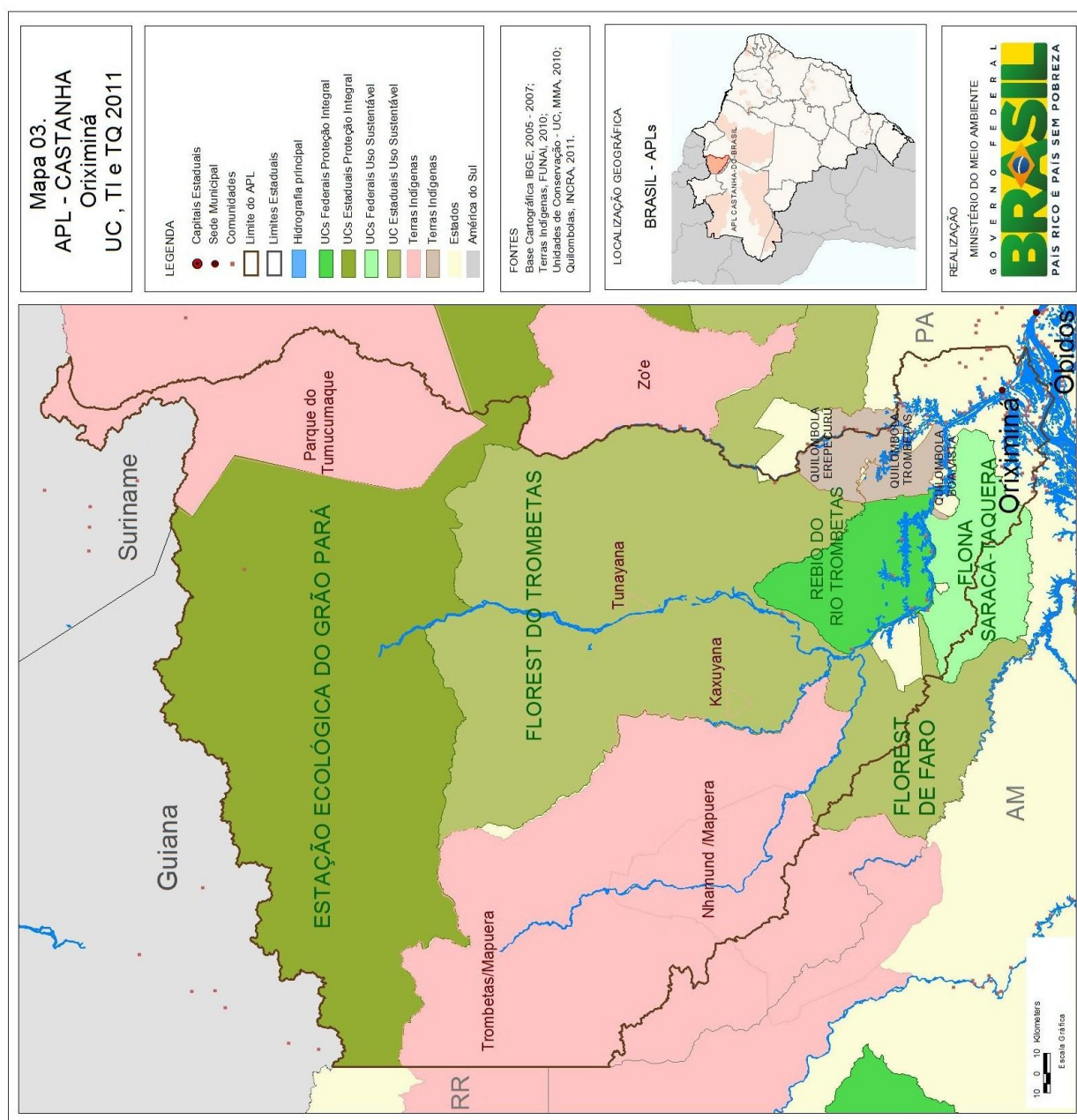
Mapa 02. APL Castanha-do-Brasil –Sul do Amazonas



Quadro 2 APL Castanha-do-Brasil – Oriximiná - Pará

Território: Calha Norte		
Município: Oriximiná		
Unidade de Conservação: Rebio do Rio Trombetas, Flona de Saracá-Taquera.(<i>UCs Federais</i>) / Est. Ecol. do Grão Pará, Florest Trombetas, Florest do Faro (<i>UCs Estaduais</i>)		
Terra Indígena Parque do Tumucumaque, Nhamundá/Mapuera, Zo'e, Trombetas/Mapuera; ; em estudo: Kaxuyana, Tunayana		
Território Quilombola Boa Vista, Trombetas, Erepecuru (INCRA, 2011) / Vila Nova Cachoeira Porteira (Fundação Palmares, 2011)		
Qual o Público que exerce atividade no APL? Quilombolas, Indígenas, Ribeirinhos, Empresas, GTZ, SFB		Número de Famílias diretamente envolvidas Nas 3 terras quilombolas demarcadas são mais de 474 famílias (comissão pró índio de São Paulo).
Possui Núcleo Gestor NÃO		Qual a composição NÃO
Contatos Associação dos Moradores da Comunidade Remanescente de Quilombo de Cachoeira Porteira – AMOCREQ / Ivanildo Carmo de Souza / (93) 9128-7183 ou 3544-5113 IDEFLOR/PA - Edson Cruz Barbosa - edson.barbosa@ideflor.pa.gov.br - (91)3336-1875		
Situação de Funcionamento do Núcleo Gestor		
Existe Política de Desenvolvimento Territorial? SIM: 1 - Território da Cidadania do Baixo Amazonas – PA; 2 - Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (SUBREGIÃO VI) – MI; 3 - Programa Calha Norte - MD		
Quais Possuem DAP? Poucos possuem DAP (46 DAPs em 2010)		Quem Emite?
Acesso ao PAA - Desde quando? NÃO		Quais os Produtos
Acesso a PGPM Sim (ver em anexo o valor da PGPM para a safra 2011)		Desafios e Problemas
Safra – Período Janeiro a julho		
Quais os Empreendimentos no Território (cooperativas, associações atividades) que tenham condições de fornecer o produto ao mercado Associação dos Moradores da Comunidade de Remanescentes de Quilombos de Cachoeira Porteira – AMOCREQ,		Situação de Funcionamento coletando, vendendo e exportando
O que eles produzem Castanha seca com casca, Castanha sem casca, doces e artesanato		
Quais as empresas no território que trabalham com os produtos do APL Mundial Exportadora / Abraham Fortunato Chocron (Sócio- Gerente): (93) 3547-1326 / e-mail: mundialexportadora@gmail.com Usina de beneficiamento sob gestão da Caiba Indústria e Comércio S.A; / Mundial Exportadora Coercial Ltda; / Exportadora Florenzano Ltda; / CAMPEALTA.		
Possui Parceria com Empresas – PSE SIM		
Mercado e Informações Complementares		

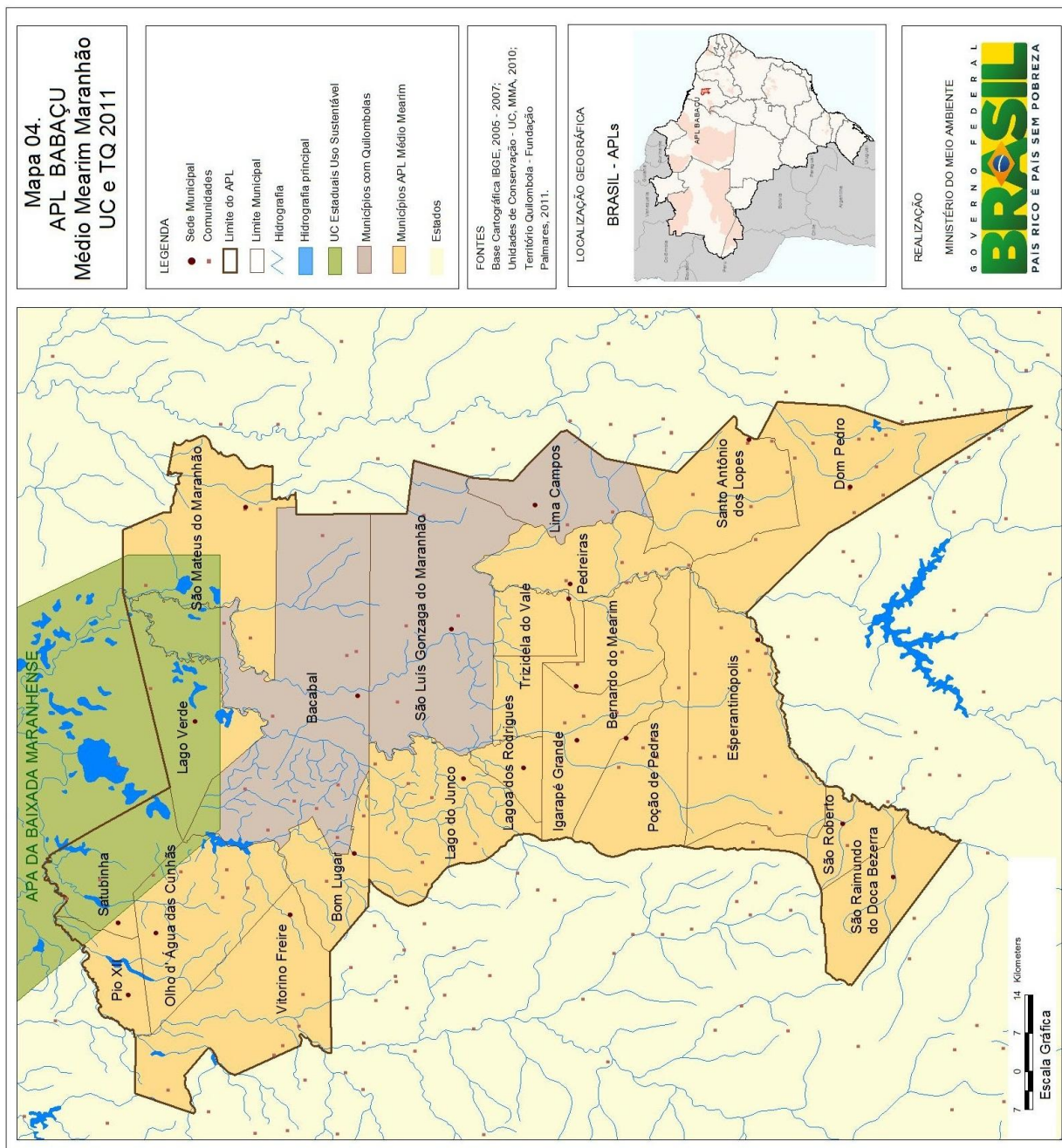
Mapa 03. APL Castanha-do-Brasil Oriximiná



Quadro 3. Apl Babaçu – Médio Mearim

Território: Médio Mearim - Maranhão		
Município: Bacabal, Bernardo do Mearim, Bom Lugar, Esperantinópolis, Igarapé Grande, Lago do Junco, Lago dos Rodrigues, Lago Verde, Lima Campos, Olho d'Água das Cunhas, Pedreiras, Pio XII, Poção de Pedras, Santo Antônio dos Lopes, São Luís Gonzaga do Maranhão, São Mateus do Maranhão, São Raimundo do Doca, São Roberto, Satubinha, Trizidela do Vale.		
Unidade de Conservação: APA Estadual da Baixada Maranhense		
Terra Indígena: NÃO		
Território Quilombola : SIM Bacabal (Catucá, Piratininga, Campo Redondo, Guaraciaba) / Lima Campos (Santo Antônio das Sardinhas e Bom Jesus dos Pretos) / São Luiz Gonzaga do Maranhão (Olho d'Água dos Grilos, Potozinho, Povoado de Santarém, Promissão Velha, Santa Cruz, Santo Antônio do Costa / Vale Verde, São Domingos, São Pedro, Boa Vista dos Freitas, Cotozinho, COHEB, Mata Burros / Santo Antônio dos Vieiras, Morada Nova Deusdeth, Pedrinhas, Potó Velho Santana, Fazenda Velha / Monte Cristo, Centro dos Cruz/Bela Vista, Fazenda Conceição, Santa Rosa) (26 Terras Quilombolas) Fonte: Fundação Palmares, 2011.		
Qual o Público que exerce atividade no APL? Quilombolas	Número de Famílias diretamente envolvidas Estimado em 750	
Possui Núcleo Gestor SIM	Qual a composição MIQCB, Conab, Campi – Centro de Assessoria aos Movimentos Populares, - AEAPI- Associação dos Engenheiros Agrônomos do Piauí, AEAPI – Associação Regional das Escolas de Família Agrícola, APPM – Associação Piauiense dos Prefeitos Municipais, Banco do Nordeste	
Contatos Secretaria de Estado de Desenvolvimento do Maranhão - SEDAGRO - GT Estadual do Babaçu / Leida Souza (PONTO FOCAL) / (98) 9606 8011 / leida.ss@hotmail.com / MIQCB / Maria da Silva Ferreira / (98) 3268-3357 / assessoria@miqcb.org.br / consultoria@miqcb.org.br		
Situação de Funcionamento do Núcleo Gestor Não sei		
Existe Política de Desenvolvimento Territorial? SIM: 1 - Território da Cidadania (Médio Mearim)		
Quais Possuem DAP? Física ou Jurídica 3.039 DAPs em 2010	Quem Emite? INCRA	
Acesso ao PAA - Desde quando? 2 municípios em 2010: Olhos D'Água das Cunhas e Bernardo do Mearim	Quais os Produtos	
Acesso a PGPM Sim (ver em anexo o valor da PGPM para a safra 2011)	Desafios e Problemas Deficiência quanto à documentação básica	
Safra – Período Janeiro a julho		
Quais os Empreendimentos no Território (cooperativas, associações atividades) que tenham condições de fornecer o produto ao mercado MIQCB	Situação de Funcionamento Produzindo e comercializando	O que eles produzem Óleo/Azeite, mesocarpo e carvão
Quais as empresas no território que trabalham com os produtos do APL Óleo/Azeite: Setor Químico (Grupo F. C. Oliveira – MA / Ovil – MA / OLEAMA – MA / Aboissa – SP /Chemyunion Química Ltda. – SP / Croda do Brasil – SP / Cromoline Química Fina – SP / Polytechno – SP); Setor Limp. & Hig. Pessoal (Cassiopéia Ind. e Com. – SP / Iovesa Indústrias de Óleos Vegetais e Sabões Ltda – MA / Sabão Princesa – MA / Saponóleo Santo Antônio Ltda. – MA / Sincoplema – MA); Setor Cosmético (Natura / Anna Pegova / L' Oreal); Setor Alimento (Conab / Ovil / OLEAMA) / Mesocarpo: Setor Cosmético (Natura / Anna Pegova / Braco); Setor Alimento (Conab / IBRAN – CE / Wal Mart). / Carvão: Setor Energia (Vale / Wal Mart); Carvão ativado (Grupo Alemão)		
Possui Parceria com Empresas – PSE		
Mercado e Informações Complementares		

Mapa 04. APL Babaçu – Médio Mearim



Quadro 4 APL Babaçu – Bico do Papagaio

Território: Bico do Papagaio (Maranhão, Tocantins, Pará)		
Municípios: MA: Buritirama, Senador La Rocque, São Pedro da água Branca, Davinópolis, Cidelândia, Amarante do Maranhão, Vila Nova dos Martírios, Imperatriz, Montes Altos e João Lisboa; / TO: Carrasco Bonito, São Miguel Tocantins, Buriti do Tocantins, Sítio Novo do Tocantins, Araguatins, Esperantina do Tocantins, São Sebastião do Tocantins, Sampaio, Praia Norte, Augustinópolis, Axixá do Tocantins, Itaguatins, Maurilândia do Tocantins, Tocantinópolis, São Bento do Tocantins; / PA: São domingos do Araguaia, São João do Araguaia, Palestina do Pará, Brejo grande do Araguaia.		
Unidade de Conservação: Resex do Ciriáco, Resex da Mata Grante, Resex do Extremo Norte do Tocantins		
Terra Indígena Araiboia, Krikati, Apinayé, Sororó, Governador, Apinayé II		
Território Quilombola: Sim Araguatins: Ilha São Vicente		
Qual o Público que exerce atividade no APL? Quilombolas, Indígenas	Número de Famílias diretamente envolvidas Estimado em mais de 10.000	
Possui Núcleo Gestor NÃO	Qual a composição NÃO	
Contatos Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SEAGRO – GT Estadual do Babaçu, Francisca Marta Barbosa dos Santos (PONTO FOCAL), matinhabs@yahoo.com.br gabinete@seagro.to.gov.br , (63) 9973-6860 3602-1228 / PMD (Ruraltins) (tec) - Geane de Souza Rodrigues, (63) 8432-4115, 3218-2151 / MIQCB - Maria da Silva Ferreira, (98) 3268-3357 assessoria@miqcb.org.br consultoria@miqcb.org.br		
Situação de Funcionamento do Núcleo Gestor Não está funcionando		
Existe Política de Desenvolvimento Territorial? Não		
Quais Possuem DAP? Física ou Jurídica 78 DAPs em 2010	Quem Emite?	
Acesso ao PAA - Desde quando? Sim, Imperatriz	Quais os Produtos Babaçu	
Acesso a PGPM Sim (ver em anexo o valor da PGPM para a safra 2011)	Desafios e Problemas Poucos possuem DAP o dificulta o acesso	
Safra – Período Janeiro a julho		
Quais os Empreendimentos no Território (cooperativas, associações atividades) que tenham condições de fornecer o produto ao mercado Empreendimento da ASMUBIP e COOPERATIVA MIQCB / CCAMA – Central de Cooperativas Agroextrativistas do Maranhão COPPALJ – Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco; / COOPAESP – Cooperativa dos Produtores Agroextrativistas de Esperantinópolis; / União do Clube de Mães de Itapecuru-Mirim	Situação de Funcionamento	O que eles produzem
Quais as empresas no território que trabalham com os produtos do APL		
Possui Parceria com Empresas – PSE		
Mercado e Informações Complementares		

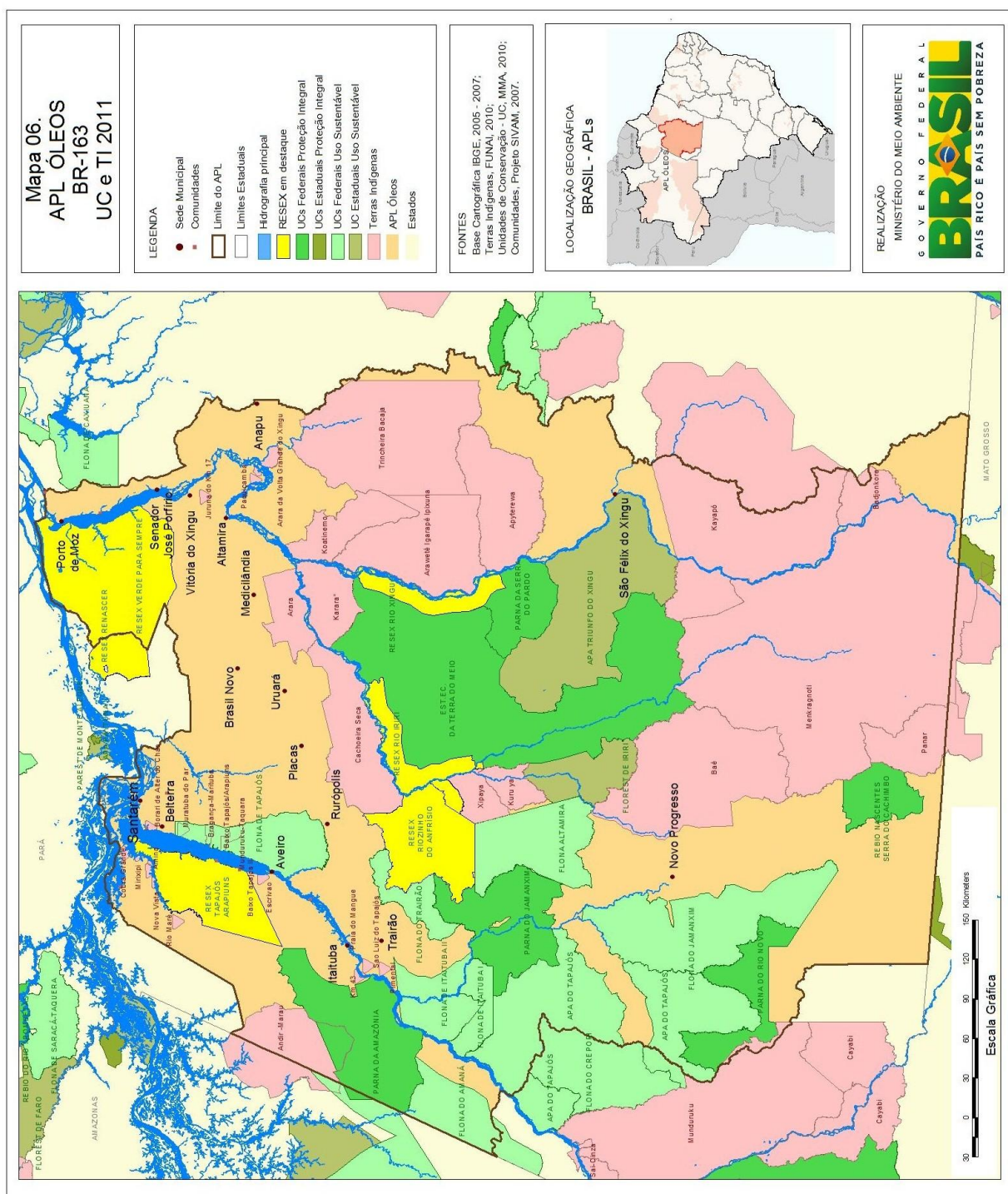
Mapa 05. APL Babaçu – Bico do Papagaio



Quadro 5. APL Óleos – BR-163

Território: BR-163 Pará		
Municípios: Municípios da área de influência da BR 163: Alenquer, Almeirim, Altamira, Anapu, Aveiro, Belterra, Brasil Novo, Curuá, Faro, Itaituba, Jacareacanga, Juruti, Medicilândia, Monte Alegre, Novo Progresso, Óbidos, Oriximiná, Placas, Porto de Moz, Prainha, Rurópolis, Santarém, São Félix do Xingu, Senador José Porfírio, Terra Santa, Trairão, Uruará, Vitória do Xingu		
Unidade de Conservação: Est.Ecol. da Terra do Meio, Parna da Amazônia, Parna da Serra do Pardo, Parna do Jamanxim, Parna do Rio Novo, Rebio do Tapirapé, Rebio Nascentes Serra do Cachimbo. (7 UCs de Proteção Integral) / APA do Tapajós, APA Triunfo do Xingu, Florest de Iriri, Flona Altamira, Flona de Caxiuanã, Flona de Itacaiunas, Flona de Itaituba I, Flona de Itaituba II, Flona de Pau-Rosa, Flona de Tapajós, Flona de Tapirapé-Aquiri, Flona do Amanã, Flona do Crepori, Flona do Jamanxim, Flona do Trairão, Resex Renascer, Resex Rio Iriri, Resex Rio Xingu, Resex Riozinho do Anfrísio, Resex Tapajós Arapiuns, Resex Verde Para Sempre (21 UCs de Uso Sustentável)		
Terra Indígena Badjonkore, Kayapó, Arara, Koatinemo, Paquicamba, Kararaô, Praia do Mangue, Araweté Igarapé Ipixuna, Andirá-Marau, Kuruáya, Apyterewa, Trincheira Bacaja, Munduruku, Baú, Panará, Menkragnoti, Cachoeira Seca, Juruna do Km 17, Borari de Alter do Chao, Cobra Grande, Mirixipi, Amina, Aningalzinho, Sao Joao, Nova Vista, Rio Maró, Baixo Tapajós, Baixo Tapajós II, Km 43, Sao Luiz do Tapajós, Pimental, Praia do Índio, Arara da Volta Grande do Xingu, Paquicamba, Brinco das Moças, Muratuba do Pará, Baixo Tapajós/Arapiuns, Escrivão, Xipaya, Bragança-Marituba, Munduruku-Taquara (41 Terras Indígenas)		
Território Quilombola Município de Santarém - Arapemã (bairro da Pérola do Maicá), São Raimundo do Ituiqui, São José do Ituiqui, Nova Vista do Ituiqui, Murumurutuba, Murumuru, Tiningu, Bom Jardim, Saracura, São José e São Raimundo (10 Terras Quilombolas) Quilombola Regional: Alenquer: Pacoval; / Monte Alegre: Peafu, Passagem, Curral Grande, Miri e Flexal; / Óbidos: Cabeceiras, São José, Matar, Nossa Senhora das Graças, Arapucú, Pataú do Umirizal, Muratubinha, Cuecê, Silêncio, Mondongo, Igarapé dos Lopes, Castanhanduba, Apuí e Mocambo; / Oriximiná: Abuí, Paraná do Abuí, Tapagem, Sagrado Coração de Jesus, Mãe Cué, Juquirizinho, Juquiri Grande, Jamari, Palhal, Erepecu, Moura, Boa Vista, Mussurá, Bacabal, Arancuan de Cima, Arancuan do Meio, Arancuan de Baixo, Serrinha, Terra Preta II, Jarauacá, Água Fria, Acapu, Varre Vento, Boa Vista do Cuminá, Santa Rita, Jauari, Araça, Espírito Santo, São Joaquim, Pancada e Ariramba.		
Qual o Público que exerce atividade no APL? Extrativistas/Ribeirinhos, Indígenas, Quilombolas e Agricultores Familiares		Número de Famílias diretamente envolvidas Estimado em 1000 a 2000 famílias
Possui Núcleo Gestor? SIM Possui GT de óleos		Qual a composição SFB, IDEFLOR
Contatos Instituto de Desenvolvimento de Florestas (IDEFLOR) Edson Cruz barbosa (91) 82550480 ou 32361875 edson.barbosa@ideflor.pa.gov.br - / Serviço Florestal Brasileiro – UR Santarém Fernando Ludke - (93) 3522-0370		
Situação de Funcionamento do Núcleo Gestor Funcionando e seminário do Núcleo Gestor de óleos realizado em agosto de 2010		
Existe Política de Desenvolvimento Territorial? TERRITÓRIO DA CIDADANIA (BR163/PA) – MDA		
Quais Possuem DAP? Física ou Jurídica 110 DAPs em 2010		Quem Emite?
Acesso ao PAA - Desde quando? SIM (Novo Progresso, Belterra, Uruará, Brasil Novo)		Quais os Produtos
Acesso a PGPM Sim (ver em anexo o valor da PGPM para a safra 2011)		Desafios e Problemas Poucos possuem DAP
Safra – Período		
Quais os Empreendimentos no Território (cooperativas, associações atividades) que tenham condições de fornecer o produto ao mercado Cooperativa Mista da Flona Tapajós/COOMFLONA - Arimar Feitosa Rodrigues - arimarcouro@yahoo.com.br - (93) 91312137 / Raimundo de Lima Mesquita - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém – STR; Raimundo da Costa Pedroso e Antonio Merilson – COOMFLONA; Livaldo Sarmento da Silva – CNS/ACOSPER; Rosinaldo Santos / AMOREX (Associação Dos Moradores da Resex do Rio Xingu), AMORERI (Associação dos Moradores da Resex do Rio Iriri)		Situação de Funcionamento O que eles produzem Andiroba, Piquiá, Copaiba, Bolsa de Couro Ecológico, Artefatos / bichos e Chinelos de latex
Quais as empresas no território que trabalham com os produtos do APL Beraca Sabará , Chamma da Amazônia, Fluidos da Amazônia, Chemyunion Química, Cognis do Brasil Ltda., Croda do Brasil Ltda., Natura Cosméticos S.A., Tawaya Sabonetes.		
Possui Parceria com Empresas – PSE SIM		
Mercado e Informações Complementares:		

Mapa 06. APL Óleos – BR-163



Quadro 6. APL Açaí – Ilha do Marajó

Território: Ilha do Marajó Pará		
Municípios: Afuá, Anajás, Breves, Cachoeira do Arari, Chaves, Curralinho, Muaná, Portel, Ponta de Pedras, Salvaterra, Santa Cruz do Arari, São Sebastião da Boa Vista e Soure		
Unidade de Conservação: APA do Arquipélago do Marajó, Flona de Caxiuanã, RDS Itatupã-Baquiá, Resex Arióca Puanã, Resex Gurupá-Melgaço, Resex Mapuá, Resex Marinha de Soure, Resex Terra Grande Pracuúba, Resex Maracanã, Resex São João da Ponta, Resex Mãe Grande de Curuçá.		
Terra Indígena: NÃO		
Território Quilombola: SIM Cachoeira do Arari: Gurupá / Salvaterra: São Benedito da Ponta, Deus Ajude, Caldeirão, Bairro Alto, Pau Furado, Boa Vista, Vila União / Campina, Rosário, Santa Luzia, Bacabal, Campina (Fonte: Fundação Palmares, 2011) Na região paraense conhecida como Marajó encontram-se diversas comunidades quilombolas. Elas estão distribuídas pelos municípios de Anajás, Bagre, Cachoeira do Arari, Curralinho, Gurupá, Muaná, Ponta de Pedra, Salvaterra e Soure. Nesta região as únicas comunidades que já têm as terras tituladas são aquelas situadas no município de Gurupá. A titulação ocorreu no ano de 2000. Foram concedidos dois títulos pelo Instituto de Terras do Pará. Um deles (com 83.437,1287 hectares) regularizou o território conhecido como Gurupá, que abriga 300 famílias das comunidades Gurupá Mirin, Jocojó, Flexinha, Carrazedo, Camutá do Ipixuna, Bacá do Ipixuna, Alto Ipixuna e Alto Pucurui. A outra área titulada foi a da comunidade Maria Ribeira (com 2.031,8727 hectares), onde moram 32 famílias. Atualmente, estão em curso no INCRA os processos de regularização fundiária de três quilombos desta região: Bacabal, Deus Ajude e Campinas. Outras comunidades (como Paixão, Salvar, Siricari, Mangueiras, Caldeirão, São José, São João, Pau Furado e Barro Alto) já encaminharam aos órgãos governamentais o pedido de titulação de suas terras. Em vários desses territórios existem conflitos envolvendo a disputa pela terra, principalmente naqueles localizados no município de Salvaterra. (Fonte: Consultoria Fábio Wesley)		
Qual o Público que exerce atividade no APL? Extrativistas/ribeirinhos, entre eles quilombolas	Número de Famílias diretamente envolvidas Estimado entre 1000 e 5000 famílias	
Possui Núcleo Gestor? SIM possui uma CT de cadeias produtivas, onde o açaí é foco. Segundo deliberação da CT, o núcleo gestor do APL de açaí poderá funcionar na estrutura da CT	Qual a composição representantes de várias associações e cooperativas, prefeituras, órgãos do estado e do governo Federal	
Contatos Instituto de Desenvolvimento de Florestas (IDEFLOR) Edson Cruz barbosa (91) 82550480 ou 32361875 edson.barbosa@ideflor.pa.gov.br / STTR Curralinho: Paulino e Ronaldo Oliveira. Responsável Institucional (Resex Terra Grande): Nilson Pantoja, nilsonps05@hotmail.com, (91) 3323-4582 / Responsável Institucional (Resex Terra Grande Pracaúba): Nilson Pantoja nilsonps05@hotmail.com (91) 3323-4582		
Situação de Funcionamento do Núcleo Gestor a CT funciona, mas o núcleo dentro da CT precisa ser iniciado formalmente. Estão aguardando nossa provocação, por conta da Cooperação com o MDS.		
Existe Política de Desenvolvimento Territorial? SIM: TERRITÓRIO DA CIDADANIA (MARAJÓ) – MDA		
Quais Possuem DAP? Física ou Jurídica 6.915 DAPs em 2010	Quem Emite?	
Acesso ao PAA - Desde quando? SIM, 2 municípios: Afuá e Portel	Quais os Produtos	
Acesso a PGPM Sim (ver em anexo o valor da PGPM para a safra 2011)	Desafios e Problemas	
Safra – Período agosto a dezembro		
Quais os Empreendimentos no Território (cooperativas, associações atividades) que tenham condições de fornecer o produto ao mercado Central de Associações do Marajó, que representa 22 Associações de Extrativistas. Além de outras várias associações e cooperativas	Situação de Funcionamento extraíndo e vendendo açaí	O que eles produzem Açaí in natura, açaí batido, além de outros produtos como peixe, camarão e farinha de Miriti (Buriti do Cerrado).
Quais as empresas no território que trabalham com os produtos do APL		
Possui Parceria com Empresas – PSE: SIM		
Mercado e Informações Complementares		

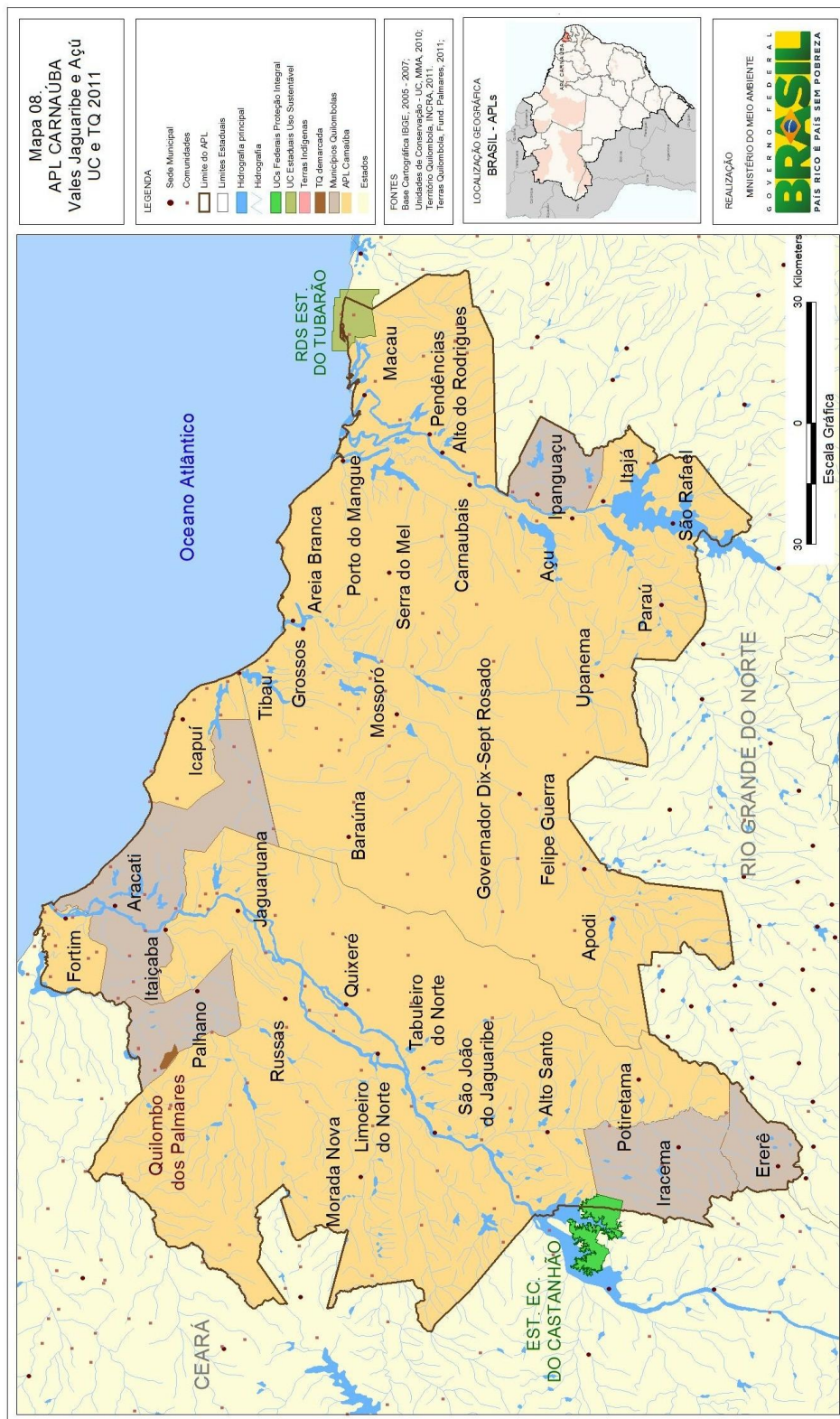
Mapa 07. APL Açaí – Ilha do Marajó



Quadro 7. APL Carnaúba – Vale do Jaguaribe e do Açú

Território: Vale do Jaguaribe e Vale do Açú (Ceará e Rio Grande do Norte)	
Municípios: CE:Aracati, Itaiçaba, Icapuí, Quixerê, Limoeiro do Norte, Tabuleiro do Norte, Alto Santo, Potiretama, Ererê, Iracema, São João do Jaguaribe, Morada Nova, Russas, Palhano, Fortim RN: Alto do Rodrigues, Areia Branca, Assú, Baraúna, Carnaubais, Grossos, Ipanguaçu, Itajá, Mossoró, Pendências, Porto do Mangue, Serra do Mel, São Rafael, Tibau, Governador Dix-Sept Rosado, Apodi, Felipe Guerra, Paraú, Macau e Upanema	
Unidade de Conservação: Est. Ecol do Castanhão; Flona Açú e RDS Est. Ponta do Tubarão - Estaduais Sendo Criada: Rosado-Porto do Mangue	
Terra Indígena: SIM - Açú	
Território Quilombola: SIM CE: Aracati: Córrego de Urbaranas / Palhano: Quilombo dos Palmares; Iracema e Ererê: Serra dos Bastiões / RN: Ipanguaçu: Picadas	
Qual o Público que exerce atividade no APL? Extrativistas e Artesãos	Número de Famílias diretamente envolvidas cerca de 600 famílias
Possui Núcleo Gestor? SIM CE: Representantes do Ceará: Marcilio e o Marco Vinicius - SDA, Centec, Ematerce / RN: Governo do Estado (Magnalda), Carnauba Viva (Dario), Arte Mar (Associação de Artesã - Jeane), Gonzaga (Conab-RN), Gilvan Ramos (Emater)	Qual a composição
Contatos CE: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Agrário- DAS/CODAF/NUCA – GT Estadual do Babaçu, Francisco Marcílio de Melo (PONTO FOCAL) (85) 3101-8129 gabinete@sda.ce.gov.br marcilio@sda.ce.gov.br / José Erisvaldo da Silva Figueiredo - Fundação Mussambê - (88) 3571-6018 / 9933-1628 - mussambe@mussambe.org.br / erisvaldomussambe@gmail.com / Francisco Alves Souza PMD (Ematerce) (85) 3101-7630 / 9987-5505, franciscoalves@ematerce.ce.gov.br / RN: Secretaria de Agricultura Pecuária e Pesca – SAPE - Magnalda Fontoura (PONTO FOCAL) - (84)32321159 9607-1262 - magnalda@hotmail.com / Grupo Gestor do APL – Carnaúba Viva - Dario Gaspar Nepomuceno 84 33313881/99722411	
Situação de Funcionamento do Núcleo Gestor Poucas reuniões, algumas que foram marcadas não se conseguiu efetiva participação e agenda dos membros, muitas não aconteceram. Funciona separadamente, não funciona com reuniões, cada um faz sua parte de atuação	
Existe Política de Desenvolvimento Territorial? SIM: Território da Cidadania AÇU-MOSSORÓ - MDA	
Quais Possuem DAP? Física ou Jurídica 34 DAPs em 2010	Quem Emite? INCRA
Acesso ao PAA - Desde quando? SIM	Quais os Produtos
Acesso a PGPM: Sim (ver em anexo o valor da PGPM para a safra 2011)	Desafios e Problemas Poucos possuem DAP
Safra – Período: Estiagem	
Quais os Empreendimentos no Território (cooperativas, associações atividades) que tenham condições de fornecer o produto ao mercado Carnaúba Viva - Cooperativa Carnaúba Viva - Arte Mar, Cooperativa Coovale, Associação de Artesãos	Situação de Funcionamento SIM
O que eles produzem Arte mar (Artesanato com palha de carnaúba), Cooperativa (rede de comercialização de artesanato na BR-304 em Açú em parceria com a Prefeitura Municipal de Açú com apoio do Sebrae), Coovale (produz artesanato), Ascava (Artesanato de palha de carnaúba).	
Quais as empresas no território que trabalham com os produtos do APL Mossoró - Beneficia a cera e envia para exportação Pontes Indústria de Cera Ltda, Cerapeles Ltda, Roguimo – Rodolfo G. Moraes e Cia Ltda, Ortal – Organização Tabajara Ltda, J. Mahlmann AG. do Com. Ext. Ltda, Brasil Ceras Ltda, Carnaúba do Brasil, Tropical Ceras do Brasil, Fontenele Ceras do Piauí S.A. – Foncepi, Machado & Cia. Ltda, J. I. Dias Ltda, Lusouza.	
Possui Parceria com Empresas – PSE A carnaúba viva com a Petrobras nas mantas	
Mercado e Informações Complementares Sugestão de inclusão de novos municípios neste APL na parte do Estado do Ceará: Região dos Parques da Carnaúba e município de Caridade Usina para produção da cera bruta de carnaúba (Carnaúba Viva) parceria com a prefeitura e recursos do MDA	

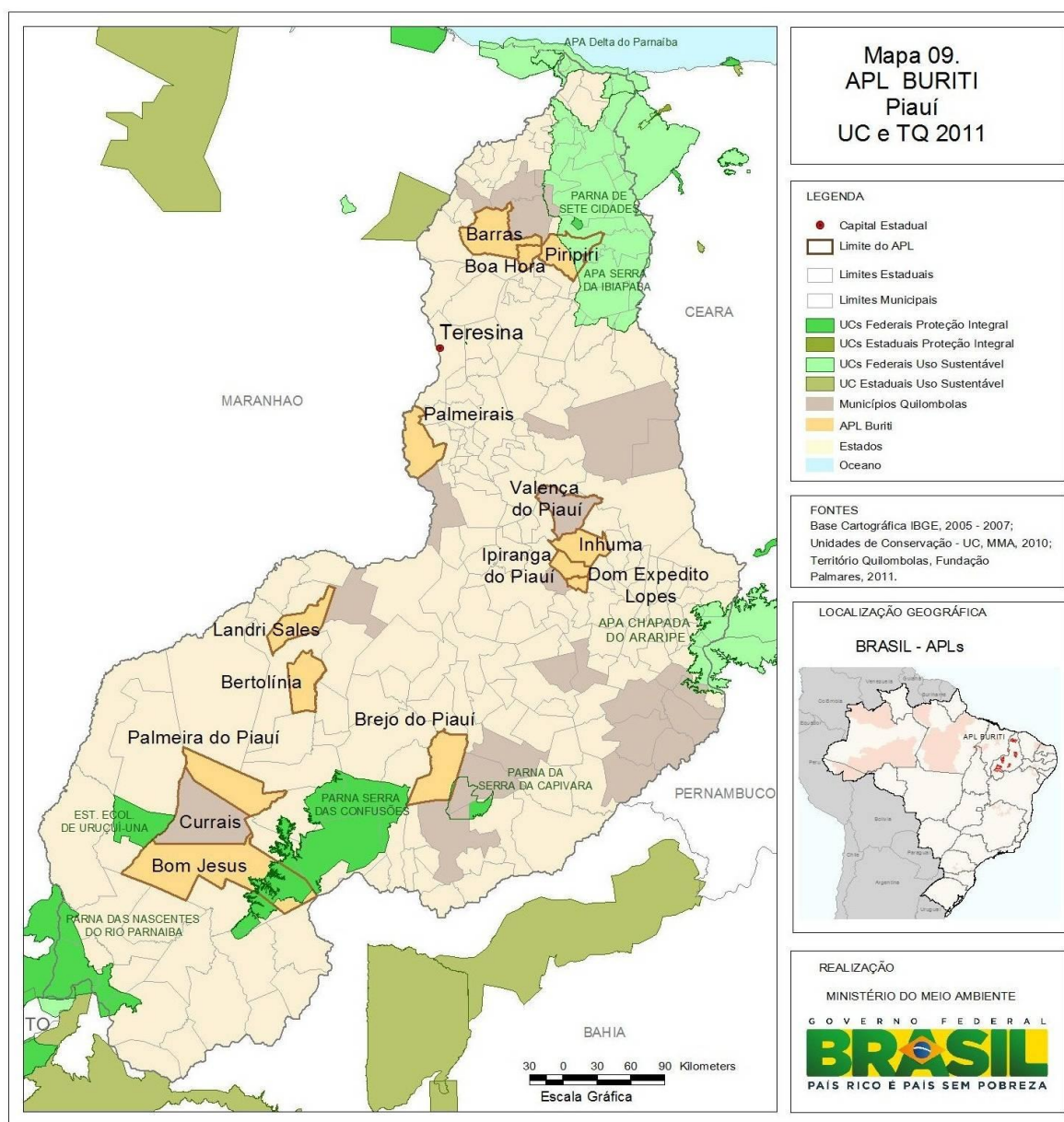
Mapa 8. APL Carnaúba – Vale do Jaguaribe e do Açú



Quadro 8. APL Buriti – Piauí

Território: Piauí	
Municípios: Inhuma, Ipiranga, Valença, Palmeira do Piauí, Bom Jesus, Brejo do Piauí, Barras, Piripiri, Landri Sales, Bertolinia, Dom Expedito Lopes, Currais, Esperantina	
Unidade de Conservação: Parna da Serra da Capivara, Parna de Sete Cidades, Parna de Ubajara, ParnaSerra das Confusões, Est. Ecol. de Uruçuí-Uma, APA Serra da Ibiapaba, RESEX Chapada Limpa, Flona de Palmares	
Terra Indígena: NÃO	
Território Quilombola: SIM Currais: Garapa, Valença do Piauí: Tranqueira	
Qual o Público que exerce atividade no APL? Quilombolas	Número de Famílias diretamente envolvidas Estimado em 200 famílias
Possui Núcleo Gestor? SIM	Qual a composição Emater
Contatos EMATER – GT Estadual do Babaçu, José Tadeu dos Santos Oliveira (PONTO FOCAL), (86) 3216-3858 3869, tadeuoliveira@yahoo.com.br emater@emater.pi.gov.br / Secretaria do Desenvolvimento Rural do Estado do Piauí, Álvaro Ramos Oliveira, 86-3216-2177 86- 8815-0244 alvaromig@bol.com.br agrariapi@yahoo.com.br	
Situação de funcionamento do Núcleo Gestor O ano de 2009 funcionou. Ficou faltando os ajustes finais: decreto de criação e as reuniões não aconteceram mais de outubro de 2009 - tinha para final de novembro uma proposta de reunir novamente e não ocorreu. Precisa ser feita uma animação para retomar estas reuniões	
Existe Política de Desenvolvimento Territorial? SIM, Cocaís – PI MDA, Programa CONVIVER -	
Quais Possuem DAP? Física ou Jurídica 14 DAPs em 2010	Quem Emite? INCRA
Acesso ao PAA - Desde quando? SIM, município de Boa Hora	Quais os Produtos
Acesso a PGPM Sim (ver em anexo o valor da PGPM para a safra 2011)	Desafios e Problemas Poucos possuem DAP
Safra – Período	
Quais os Empreendimentos no Território (cooperativas, associações atividades) que tenham condições de fornecer o produto ao mercado	Situação de Funcionamento
O que eles produzem Polpa, Óleo e Fibra	
Quais as empresas no território que trabalham com os produtos do APL Polpa de Buriti: Chico Fulo – Cooperativa - Buritizeiro (MG), Aldeias Wyty-Catê - Carolina (MA), Cooperativa Regional Agrossilviextrativista de Produtos do Cerrado Sertão Veredas - Chapada Gaúcha (MG), Lili Doces - Inhuma (PI), Sorbê - Brasília (DF), Milka Sorvetes/ Frutos do Cerrado - Goiânia (GO) e Uberlândia (MG), Delícia do Cerrado - Paraúna (GO) , Bombons Parajuá - Fortaleza (CE), Sítio do Bello, Paraibuna e São Paulo (SP) / Óleo do Buriti: Associação Comunitária de Abonari - Presidente Figueredo (AM), Tawaya -Cruzeiro do Sul (AC), Naturais da Amazônia - Belém, Tracuateua(PA), Natura -Benevides, Cajamar(PA), Inovam – Da Lamarta & Cia Ltda- Ji-Paraná (RO) , Crodamazon*-Manaus (AM), Campinas (SP), Beraca - Belém (PA), Chemyunion Química - Sorocaba (SP) / Fibras de Buriti: A CASA - São Paulo (SP), Sutileza Embalagens- São Paulo (SP), Cooperativa de Barreirinhas e Tutóia - São Luís (MA), O Buriti - São Luís (MA)	
Possui Parceria com Empresas – PSE	
Mercado e Informações Complementares	

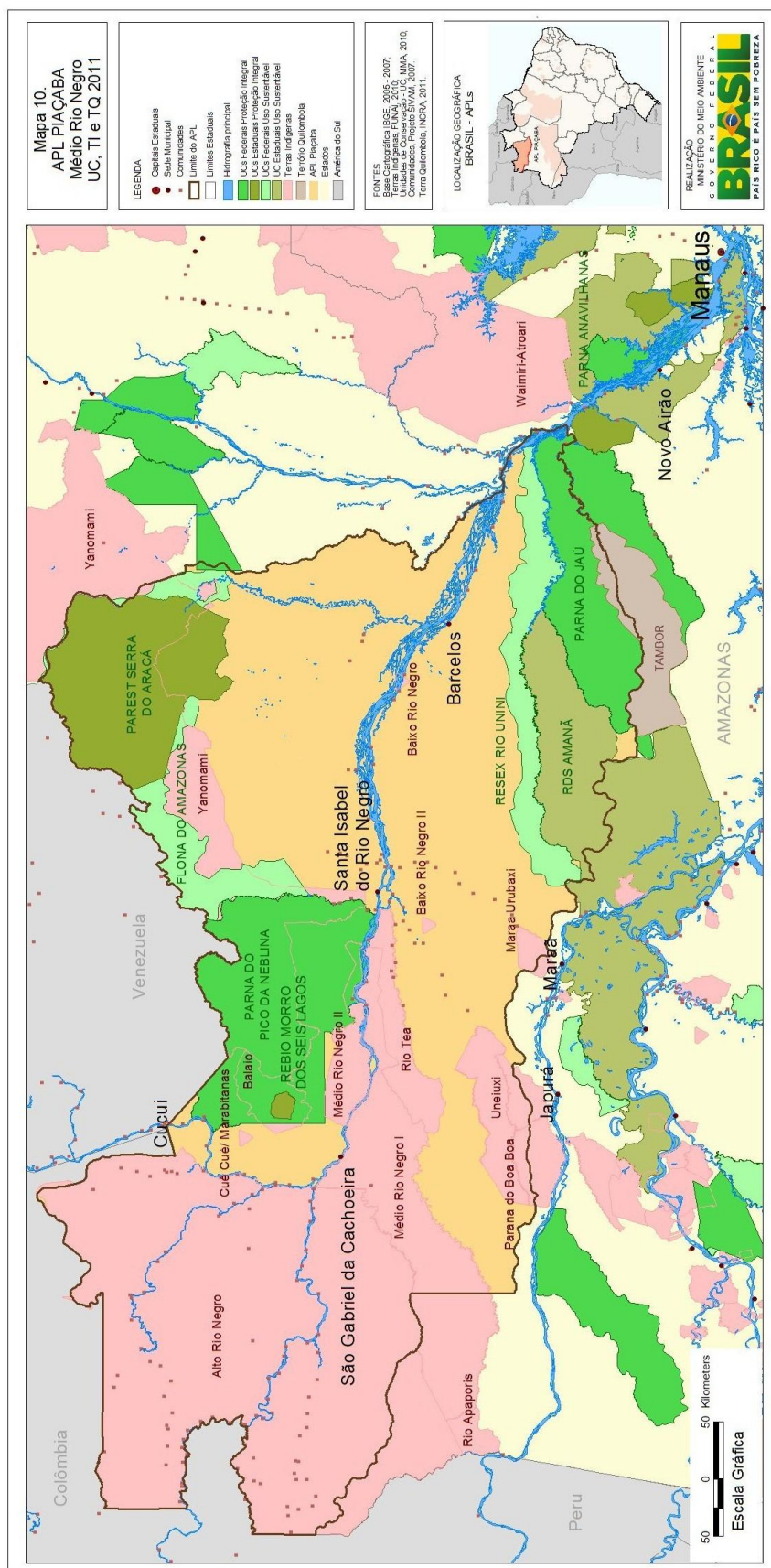
Mapa 9. APL Buriti – Piauí



Quadro 9. APL Piaçaba – Médio e Alto Rio Negro

Território: Médio e Alto Rio Negro - Amazonas	
Municípios: Barcelos, Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira	
Unidade de Conservação: Parna Pico da Neblina, Parna do Jaú, Parna da Serra da Mocidade, Parest Serra do Aracá, Parest Rio Negro - Setor Norte, RDS do Amanã, Resex Unini, Flona Amazonas (5 UCs Proteção Integral e 3 UCs de Uso Sustentável)	
Terra Indígena: Alto Rio Negro, Baixo Rio Negro, Baixo Rio Negro II, Balaio, Cué Cué/ Marabitanas, Maraa Urubaxi, Médio Rio Negro I, Médio Rio Negro II, Parana do Boa Boa, Rio Téa, Uneiuxi, Yanomami (12 Terras Indígenas)	
Território Quilombola: NÃO	
Qual o Público que exerce atividade no APL? Indígenas; Piaçabeiros (Ribeirinhos ou urbanos extrativistas, coletores ou “facas”); patrões bandeira branca, aviadores, patrões-aviadores (todos atravessadores); e exportadores (empresários que vendem o produto para fora do AM).	Número de Famílias diretamente envolvidas Perto de 800
Possui Núcleo Gestor? SIM	Qual a composição COPIAÇAMARIN, COMAGEPT, ASIBA, FVA, IDAM, Prefeitura de Barcelos/SEMMA, Núcleo diretivo do Território da Cidadania.
Contatos SEAFE/SDS - Câmara Setorial de Produtos da Sociobiodiversidade, Adenilza Mesquita (Sila), (92) 3642-4755, sila@vivax.com.br / ASIBA – Associação Indígena de Barcelos, Dinalva, (92) 91511786 / COIAB – Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, Marcos Apurinã(61) 3323-5068 (61) 9988-4105, secretaria@coiab.com.br , coiabdf@terra.com.br	
Situação de Funcionamento do Núcleo Gestor Acesso aos Piaçabais, Produto não padronizado, Relações informais de trabalho, Cooperativas iniciantes, etc	
Existe Política de Desenvolvimento Territorial? SIM: 1 – Território da Cidadania (Rio Negro da Cidadania Indígena) – MDA; 2 – Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (Subregião III).	
Quais Possuem DAP? Física ou Jurídica 8 DAPs em 2010 (São Gabriel da Cachoeira) Poucos possuem. Muitos não têm nem certidão de nascimento.	Quem Emite? INCRA
Acesso ao PAA - Desde quando? NÃO	Quais os Produtos
Acesso a PGPM: NÃO Desafios e Problemas O preço mínimo é pago para a cabeça, que é a forma como se comercializa a piaçaba sem beneficiamento. O ideal é o preço mínimo para a Tora, que é o produto com um beneficiamento mínimo, ou para a Saca penteada, que tem um beneficiamento mais elaborado	
Safra – Período Tem relação com a navegabilidade dos rios, que é ideal no período das cheias, que na região acontecem entre março e outubro. Não se pode falar da existência de uma temporada estrita de coleta para o coletor, pois muitos trabalham durante o ano todo, mas sim para o comerciante que não pode navegar com rios secos.	
Quais os Empreendimentos no Território (cooperativas, associações atividades) que tenham condições de fornecer o produto ao mercado COPIAÇAMARIN, COMAGEPT, ASIBA, vassoureiros locais e empresários	Situação de Funcionamento coletando, processando, vendendo, manufaturando e exportando
O que eles produzem Fibra pura, fibra beneficiada, fibra penteada, artesanato, vassouras	
Quais as empresas no território que trabalham com os produtos do APL	
Possui Parceria com Empresas – PSE NÃO	
Mercado e Informações Complementares Há negócios sendo feitos, mas não são negócios entre um Núcleo Gestor ou entre os empreendimentos do APL com empresas. Há sim um ou outro ator, que normalmente é um aviador ou patrão exportador, que de forma isolada negocia ou então possui uma indústria de produção de vassouras e derivados.	

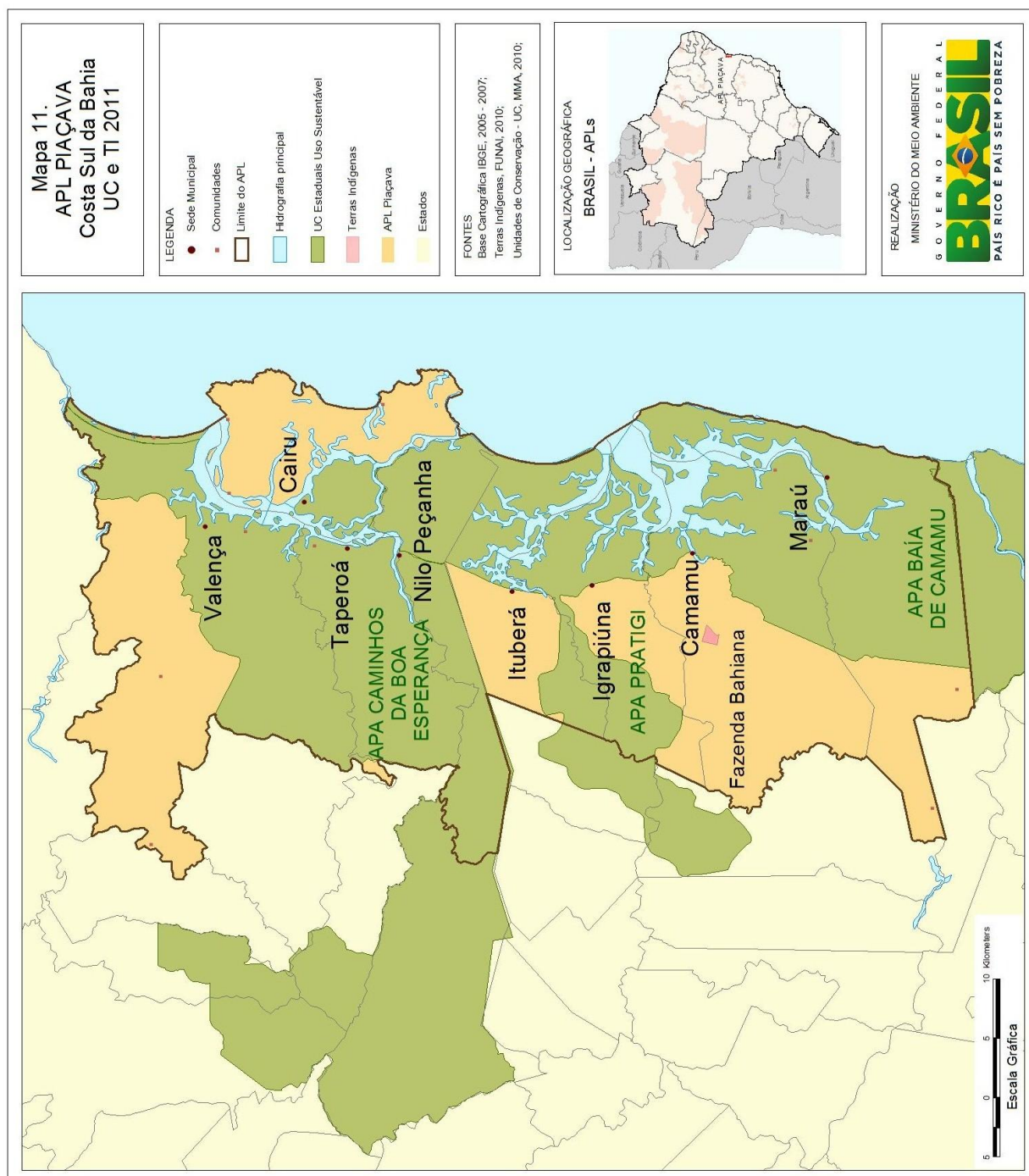
Mapa 10. APL Piaçaba – Médio e Alto Rio Negro



Quadro 10. APL Piaçava – Baixo Sul Bahia

Território: Baixo Sul da Bahia		
Municípios: Valença, Nilo Peçanha, Taperoá, Ituberá, Igrapiuna, Cairu, Marau, Camamu		
Unidade de Conservação: APA de Pratigi, APA Tinharé/ Boipeba, APA Guaibim, APA da Baía de Camamu, APA do Candengo, APA Pancada Grande, Reserva da Biosfera da Mata Atlântica		
Terra Indígena NÃO		
Território Quilombola 51 comunidades Cairu: Vila Monte Alegre, Torrinhas, Cajazeiras, Prata, Rua do Fogo, Galeão, Batateira / Camamu: Barroso, Garcia, Jetimana, Pedra Rasa, Porto do Campo, Pratigi, Ronco, Tapuia, Pimenteiras / Igrapiuna: Laranjeiras / Ituberá: Ingazeira, Lagoa Santa, São João de Santa Bárbara, Brejo Grande, Cágados / Maraú: Empata Viagem, Maraú, Minério, São Raimundo, Terra Verde, Barro Vermelho, Quitungo / Nilo Peçanha: Boitaraca, Jatimane / Taperoá: Graciosa, Lanmego, Miguel Chico / Valença: Novo Horizonte I, Sarapuí, Arueira, Buraco Azul, Jaqueira, Sapé Grande, Vila Velha do Jequiriçá		
Qual o Público que exerce atividade no APL? Quilombolas		Número de Famílias diretamente envolvidas Cerca de 500 famílias
Possui Núcleo Gestor? SIM	Qual a composição STR dos municípios, Associação de Artesãs Boitaraca, COOPRAP, EBDA, CEPLAC, SEAGRI, Terragua, SASOP, AMUBS, Território, AACAF	
Contatos Secretaria de Agricultura Estadual : SUAF/BA - Ailton Florêncio dos Santos – Superintendente, (71) 3115-2839/2707, Técnico Rogério das Virgens (71) 3115-1790/8757-6525 / CEPLAC – Joailton, 75.36413514/ 88221781 / Creuza – COOPRAP, 73.99172230		
Situação de Funcionamento: Precário. Formou-se em ago 2010 um grupo reduzido de articuladores para se trazer mais dinâmica. Pouca atuação da CEPLAC e governo estadual Não há empoderamento e poucos produtos e cooperativas que diretamente atuam com piaçava		
Existe Política de Desenvolvimento Territorial? Território da cidadania e bacias hídricas (estadual – INGA)		
Quais Possuem DAP? Física ou Jurídica 110 DAPs em 2010		Quem Emite? EMATER E CEPLAC
Acesso ao PAA - Desde quando? SIM		Quais os Produtos fibra da piaçava, pente de piaçava, artesanatos, escovões.
Acesso a PGPM Tenta-se a PGPM sobre a piaçava suja, que o comercio é informal, dificultando acesso a nota fiscal. Poderia ser sobre a piaçava limpa, mas o valor é menor, mas haveria maior facilidade de acesso		Desafios e Problemas cadeia informal, poucos possuem DAP
Safra – Período: ano todo		
Quais os Empreendimentos no Território (cooperativas, associações atividades) que tenham condições de fornecer o produto ao mercado COOPRAP		Situação de Funcionamento Estruturada, ampliando mercado com assessoria fundação ODEBRECHT
O que eles produzem vassoura, escavão, artesanatos		
Quais as empresas no território que trabalham com os produtos do APL Diversas, não diagnosticadas e não inseridas no dialogo		
Possui Parceria com Empresas – PSE		
Mercado e Informações Complementares		

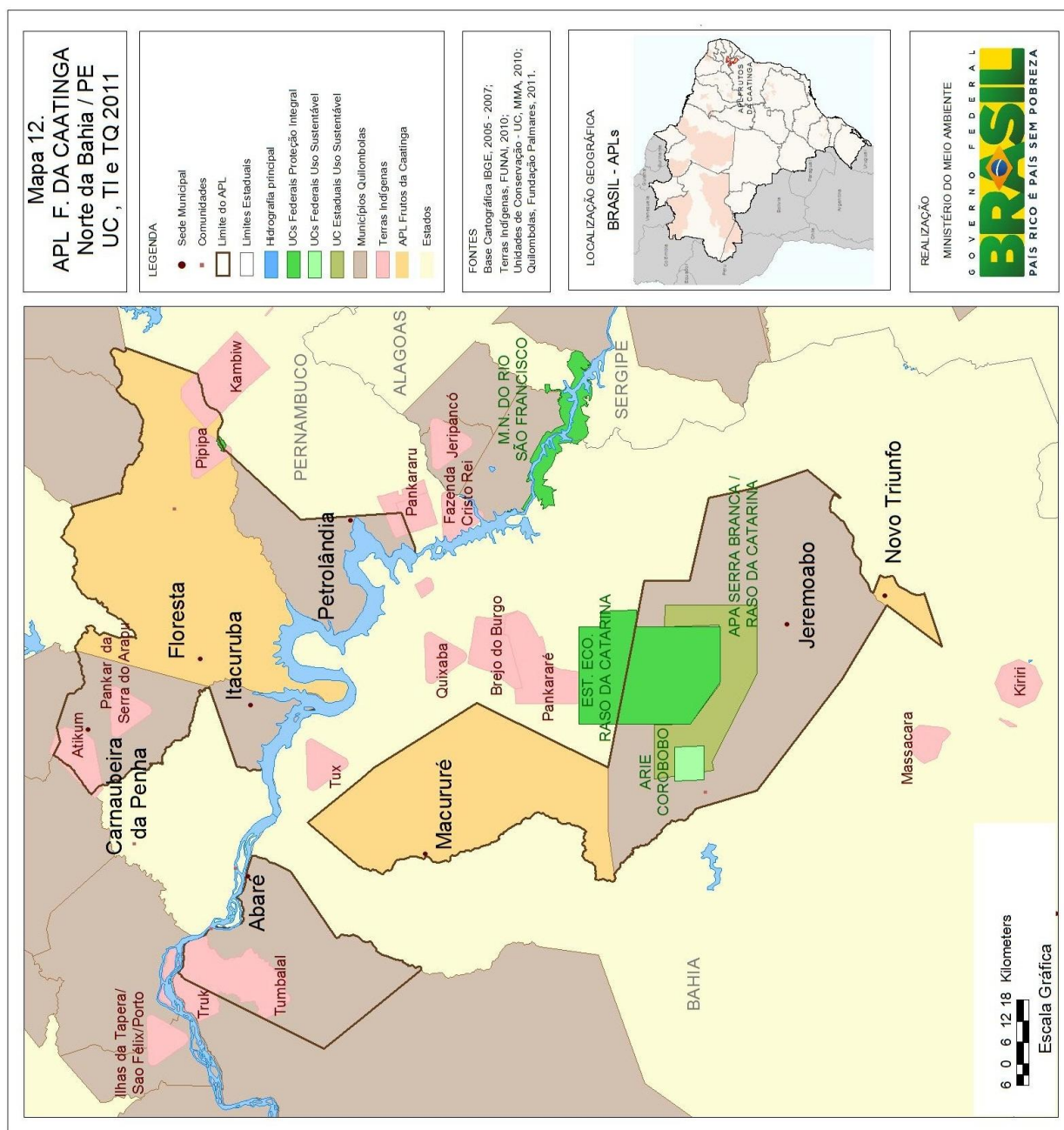
Mapa 11. APL Piaçava – Baixo Sul Bahia



Quadro 11. APL Frutos da Caatinga – Norte de Minas e Pernambuco

Território: Semi-Árido (norte da Bahia e Pernambuco)	
Municípios: BA: Jeremoabo, Novo Triunfo, Abare, Macurere / PE: Floresta, Carnaubeira da Penha, Petrolândia, Itacuruba	
Unidade de Conservação: Est. Ecol. Raso da Catarina, Rebio de Serra Negra, Arie Corobobo, APA Serra Branca / Raso da Catarina	
Terra Indígena: Kambiá, Atikum, Pankararu, Entre Serras. Em estudo: Pipipa, Tumbalalá, Pankará da Serra do Arapuá. População aproximada: 11.256. Fonte: Funai 2010.	
Território Quilombola: SIM Abaré: Eldorado e Adjacências, Fazenda Taratás / Jeremoabo: Casinhas / Carnaubeira da Penha: Massapé, Tiririca, São Gonçalo / Itacuruba: Negros de Gilu, Ingazeira, Poço dos Cavalos / Petrolândia: Borba do Lago	
Qual o Público que exerce atividade no APL? Ribeirinhos, Fundo de Pasto, Quilombolas e Indígenas	Número de Famílias diretamente envolvidas
Possui Núcleo Gestor? NÃO	
Contatos Secretaria de Agricultura Estadual : SUAF/BA - Ailton Florêncio dos Santos – Superintendente, (71) 3115-2839/2707, Técnico Rogério das Virgens (71) 3115-1790/8757-6525	
Situação de Funcionamento do Núcleo Gestor Está em discussão a constituição do APL, encontrando assim a análise territorial em sua fase de definição.	
Existe Política de Desenvolvimento Territorial? SIM: Territórios da Cidadania: SEMI ÁRIDO NORDESTE II-BA e ITAPARICA – BA/PE	
Quais Possuem DAP? Não Possuem DAP	Quem Emite?
Acesso ao PAA - Desde quando? NÃO	Quais os Produtos
Acesso a PGPM: NÃO	Desafios e Problemas
Safra – Período	
Quais os Empreendimentos no Território (cooperativas, associações atividades) que tenham condições de fornecer o produto ao mercado Associação dos Artesões de Santa Brígida-AASB, Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira- APAEB, Associação de Apicultura do Vale do Capão- FLOR NATIVA, Cooperativa da Agricultura Familiar de Apodi-COOAFAP, Associação de Produtores de Doces Casadenses-Casadenses, Associação Quilombola de Conceição das Crioulas- AQCC, Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá-COOPERCUC	Situação de Funcionamento Comercializando produtos da caatinga
O que eles produzem Umbu, Licuri, Caroá	
Quais as empresas no território que trabalham com os produtos do APL	
Possui Parceria com Empresas – PSE	
Mercado e Informações Complementares	

Mapa 12. APL Frutos da Caatinga Norte de Minas e Pernambuco



Quadro 12. APL Frutos do Cerrado – Norte de Minas

Território: Norte de Minas		
Municípios: Japonvar, Montes Claros, Januária, Ibiracatu, Grão Mogol, Chapada Gaúcha, Riacho dos Machados, Rio Pardo de Minas, Coração de Jesus e Lontra, Buritizeiro, São João da Lagoa		
Unidade de Conservação: Parna Cavernas do Peruaçu, Parna Grande Sertão Veredas. (2 UCs Federal de Proteção Integral), APA Cavernas do Peruaçu. / Parest da Lapa Grande, Parest Grão Mogol, Parest Serra Nova, Parest Veredas do Peruaçu, Parest Serra das Araras, R.E.Vida Silvestre Rio Pandeiros (6 UCs Estaduais de Proteção Integral) / APA Bacia do Rio Pandeiros, APA Cochá e Gibão, RDS Veredas do Acari. (3 UCs Estaduais de Uso Sustentável) sob a gestão do Instituto Estadual de Florestas da Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado de Minas Gerais-IEF/SEMAD		
Terra Indígena: Xacriabá – regularizada e outra Xacriabá em Estudo. (município de Governador Valadares junto à APA Cavernas do Peruaçu)		
Território Quilombola 21: Chapada Gaúcha (Barra Vermelha Buracos Cajueiro São Félix Rio dos Bois Retiro dos Bois Vereda D'anta Prata), Januária (Água Viva Balaieiro Ilha da Capivara (Quebra Guiada) Brejo do Amparo Fazenda Picos Gameleira Pasto de Cavallo), Coração de Jesus (São Geraldo), Montes Claros (Buraco Redondo Monte Alto), Rio Pardo de Minas (Catulé Fazenda Cachoeira), Riacho dos Machados (Peixe Bravo)		
Qual o Público que exerce atividade no APL? Geriasseiros e Quilombolas		Número de Famílias diretamente envolvidas 600
Possui Núcleo Gestor? SIM	Qual a composição COOPESE, COOPAE, COOPSERTAO, COOPVEREDAS, GRAAL, COOPERJAP, STR Rio Pardo de Minas, IDENE, EMATER, CAA, UFMG, UNIMONTES, SEBRAE	
Contatos Núcleo Pequim - COOPESE, Ivani – Técnica Articuladora do Núcleo, 38.3223-1152 (38) 9968-4812 / IDENE/SEDVAN (Secretaria Extraordinária dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri e Norte de Minas) - Wdiléia Mendes de Oliveira, (38)9194-4552, wdileiasal@yahoo.com.br		
Situação de Funcionamento Autônomo, com trabalho do SEBRAE para fortalecer cooperação horizontal entre cooperativas. Não há empresa na composição do núcleo. Há certa fragilidade na presença de instituições do governo estadual. Principais Dificuldades e Problemas do Núcleo Gestor: Falta empoderamento ainda dos operadores da cadeia		
Existe Política de Desenvolvimento Territorial? Cooperação horizontal entre cooperativas. Foi aceito (nov/2010) como um APL pela política estadual de APLs, vinculado ao MDIC.		
Quais Possuem DAP? Física ou Jurídica 211 DAPs em 2010		Quem Emite? EMATER E CAA
Acesso ao PAA - Desde quando? SIM, 2004		Quais os Produtos Pequi (em conserva, in natura, congelado, polpa, pasta, tablete de tempero, farinha, cha), farinha de jatoba, polpa de frutas congeladas, buriti (raspa), fava danta
Acesso a PGPM ainda não houve, mas poderia acessar para o pequi, mangaba		Desafios e Problemas Comercialização do pequi in natura é informal, com os principais volumes escoados por atravessadores para Goiás. Desafio de inserir empresas e outros elos da cadeia no planejamento de ações
Safra – Período: Dezembro a fevereiro		
Quais os Empreendimentos no Território (cooperativas, associações atividades) que tenham condições de fornecer o produto ao mercado COOPESE, COOPAE, COOPSERTAO, COOPVEREDAS, GRAAL, COOPERJAP, STR Rio Pardo de Minas (Em 2009 para o APL de MG informou-se que: 25 empreendimentos - Associação Flores (Lontra) Cerrado Mineiro (Lontra) Asprovil (Lontra) Associação Roçadinho (Lontra) COOPERJAP (Japonvar) COOPSERTÃO (Chapada Gaúcha) Grupo Água Boa II (Rio Pardo) Associação de Mulheres (Rio Pardo) COOPAVE (Rio Pardo) COOPESE (Montes Claros) Cooperativa GRANDE SERTÃO (Montes Claros) Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (São João da Lagoa) Conselho de Desenvolvimento Comunitário de São João da Lagoa (São João da Lagoa) Associação Jatobá (Buritizeiro) GRAAL (Buritizeiro) Associação Capão Celado (Buritizeiro) CEAFA (Buritizeiro) Associação Nossa Senhora das Oliveiras (Riacho dos Machados) COOPAE (Januária)). Foi estimado que o grupo hoje tem absorvido em torno de 2% da oferta de pequi in-natura nos municípios sede dos grupos identificados. Pequi de Minasv(Ubai) e Fruto Cerrado (Japonvar); mas não estão inseridas nos trabalhos		Situação de Funcionamento deficiências estão sendo diagnosticadas pelo sebrae: produtividade, qualidade dos produtos, deficiência de mercados e gestão, entre outros)
O que eles produzem		

faturamento de 5 coop: um é entre R\$ 600.000 e 1 mi, enquanto os demais é menor q R\$ 150.000,00 e 3 menores q R\$ 100.000,00

Quais as empresas no território que trabalham com os produtos do APL

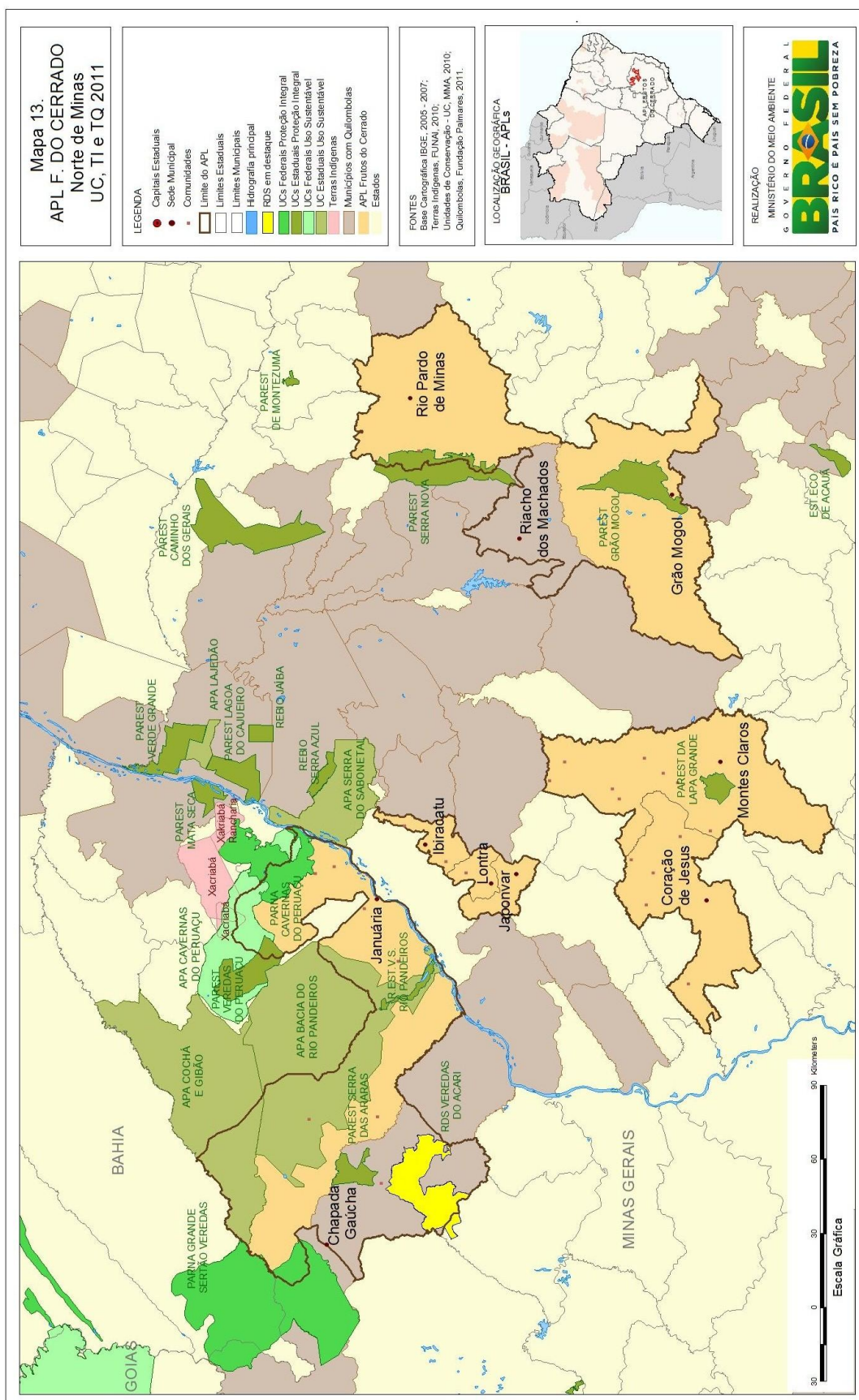
Cooperativa Grande Sertão - Montes Claros (MG), Cooperativas dos Produtores Rurais de Catadores de Pequi de Japonvar – Cooperjap - Japonvar (MG), Associação do Distrito Horizonte de Jardim - Jardim (CE), Fruto Cerrado - Japonvar (MG), Cerrado Goiano - Goiânia (GO), Delícia do Cerradom - Paraúna (GO), Maxis Alimentos - São Paulo (SP), BR Alimentos - São Paulo (SP)

Possui Parceria com Empresas – PSE

Mercado e Informações Complementares

Prospecção de mercado em Goiânia mostra que o local é promissor para parcerias com setor empresarial e abertura de mercado (cerca de 3 ton in natura no ceasa de Goiânia); mercados de maior valor como o mercado gourmet SP e BH pedem pouca quantidade e deve-se pensar em novos produtos, como a castanha do pequi. A comercialização em jan de 2011 concentra-se no mercado local como feiras para o pequi in natura e em mercados municipais (destacando Montes Claros) e o PAA para o beneficiado. Estratégia interessante para é primeiro comercializar in natura para o ceasa de Goiânia e se capitalizar para estruturar as cooperativas e depois agragar valor. Estima-se 10 caminhões por dia durante 60 dias transportando 500 caixas de 25 kg escoam 7500 toneladas de fruto do pequi de Japonvar por ano (IBGE, 2006: 5350 toneladas de amendoa no Brasil).

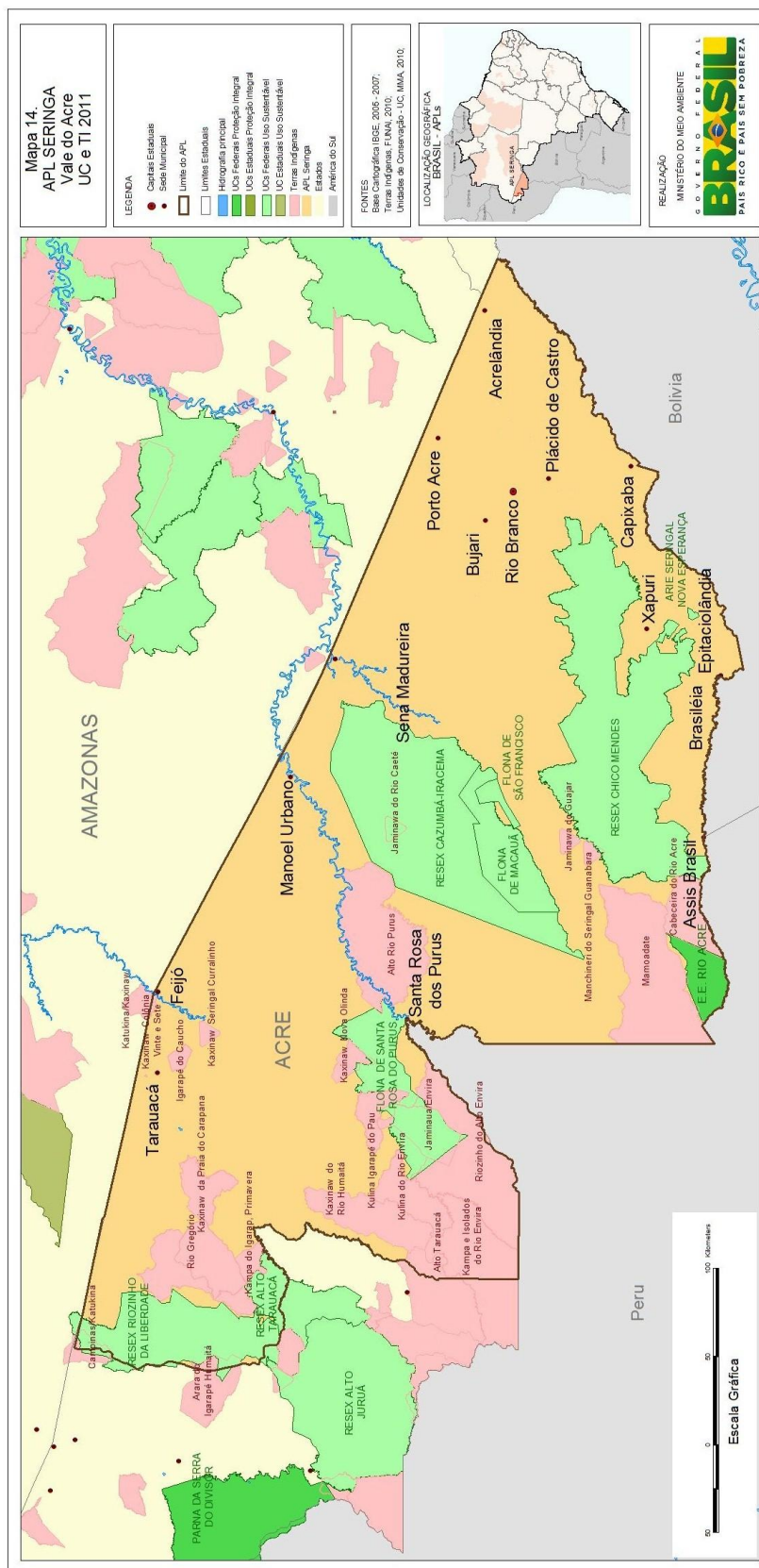
Mapa 13. APL Frutos do Cerrado – Norte de Minas



Quadro 13. APL Seringa – Vale do Acre

Território: Vale do Rio Acre	
Municípios: Porto Acre, Acrelândia, Bujari, Senador Guimard, Rio Branco, Plácido de Castro, Capixaba, Xapuri, Brasília, Assis Brasil e Epitaciolândia.	
Unidade de Conservação: Est.Ecol. Rio Acre. (1) / Flona de Santa Rosa dos Purus, Flona de São Francisco, Flona de Macauã, Resex Alto Juruá, Resex Chico Mendes, Resex Cazumbá-Iracema, Resex Riozinho da Liberdade, Resex Alto Tarauacá, Arie Seringal Nova Esperança. (9) / UC Estadual de Proteção Integral - PE do Chandless. (1) / UC Estadual de Uso Sustentável - Florest do Antimari, Florest do Mogno, Florest do Rio Gregório, Florest do Rio Liberdade. (4)	
Terra Indígena: Kaxinawá Nova Olinda, Rio Gregório, Kulina do Rio Envira, Kulina Igarapé do Pau, Kampa do Igarapé Primavera, Jaminawa/Envira, Kaxinawá do Rio Humaitá, Kampa e Isolados do Rio Envira, Katukina/Kaxinawá, Campinas/Katukina, Igarapé do Caucho, Jaminawa Arara do Rio Bagé, Kaxinawá da Praia do Carapana, Kaxinawá Colônia Vinte e Sete, Alto Rio Purus, Alto Tarauacá, Arara do Igarapé Humaitá, Riozinho do Alto Envira, Rio Gregório, Mamoadate, Cabeceira do Rio Acre. Em estudo: Kaxinawá Seringal Curralinho, Jaminawa do Rio Caeté, Jaminawa do Guajará, Manchineri do Seringal Guanabara. (25) População de aproximadamente 8.849 índios.	
Território Quilombola: Não	
Qual o Público que exerce atividade no APL? Extrativista individual e extrativistas associados e cooperados.	
Número de Famílias diretamente envolvidas Perto de 4000	
Possui Núcleo Gestor: Sim	Qual a composição SEAPROF: Tonny / GTZ: Magna Cunha / SEF: Frederico Machado / SEMA: William Flores / FUNTAC: Deisy Gomes-Souza / ICMBIO Sena Madureira: Maristela / COOPERACRE: Manoel
Contatos COOPERACRE - Manoel Monteiro de Oliveira, (68) 3221-7164/9985-0797 / CNS/STR - Luiza Carlota da Silva Caldas, Função: vice presidente do STR, (68) 3546-3684 8402-3047 / AMOPREAB - José Rodrigues de Araújo (68) 8548-1051	
Situação de Funcionamento do Núcleo Gestor Não está funcionando	
Existe Política de Desenvolvimento Territorial? Não	
Quais Possuem DAP? Física ou Jurídica 2.741 DAPs em 2010	Quem Emite? INCRA
Acesso ao PAA - Desde quando? Sim (9 municípios: Tarauacá, Feijó, Manoel Urbano, Sena Madureira, Bujari, Porto Acre, Rio Branco, Plácido de Castro e Acrelândia)	Quais os Produtos
Acesso a PGPM Sim (ver em anexo o valor da PGPM para a safra 2011)	Desafios e Problemas
Safra – Período	
Quais os Empreendimentos no Território (cooperativas, associações atividades que tenham condições de fornecer o produto ao mercado) Usina de beneficiamento sob gestão da Sociedade Castanheira, formada pela CAEX e a Empresa Beija Flor; / Usina de beneficiamento sob gestão da COOPERACRE. Situação de Funcionamento	O que eles produzem CVP, LATEX, FDL
Quais as empresas no território que trabalham com os produtos do APL COMPAEB - Cooperativa Mista de Produção Agroextrativista dos Municípios de Epitaciolândia e Brasília / COOPERACRE - Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Estado do Acre / CAEX - Cooperativa Agroextrativista de Xapuri Cooperativa Mista dos Seringueiros da Calha do Rio Purus	
Possui Parceria com Empresas – PSE	
Mercado e Informações Complementares:	

Mapa 14. APL Seringa – Vale do Acre

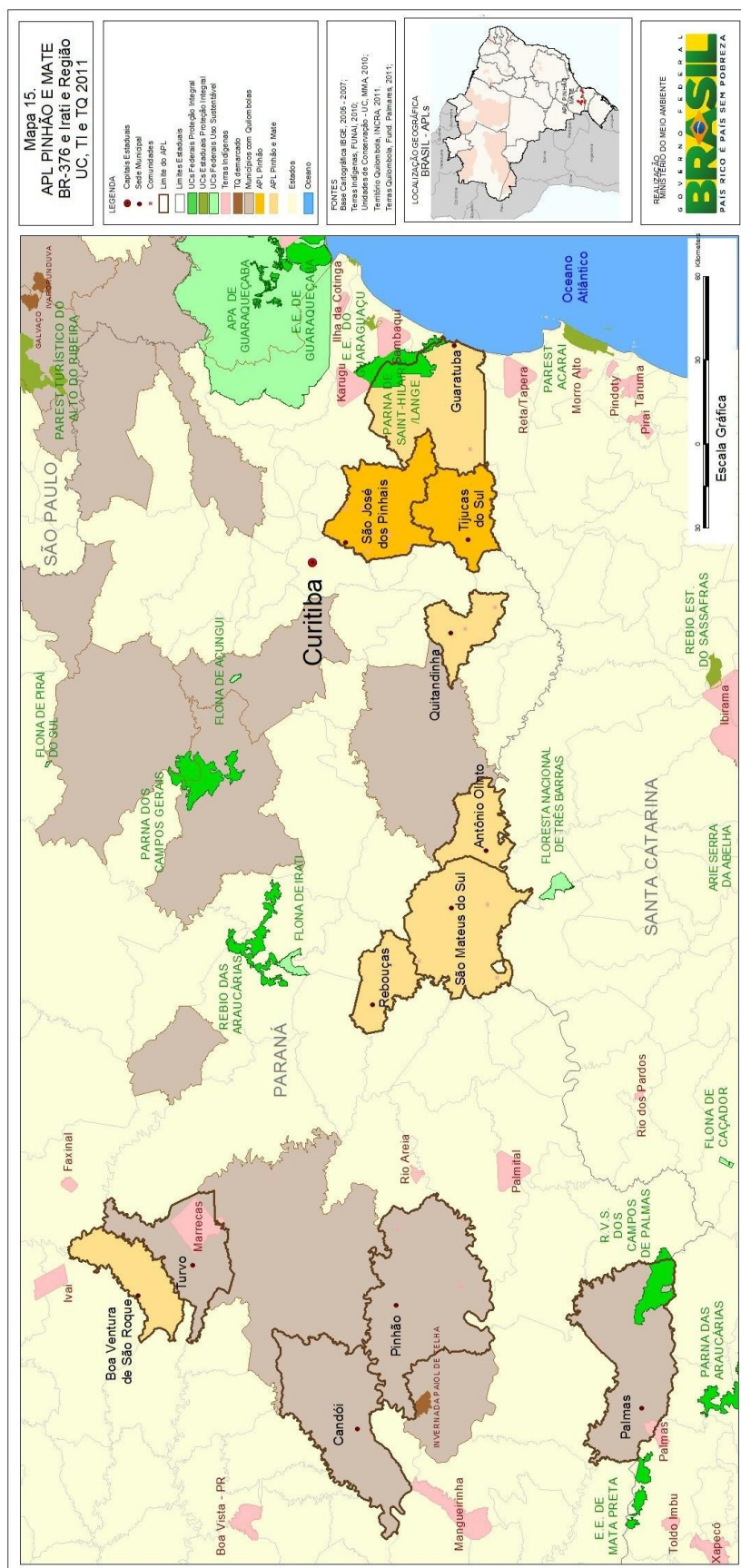


Quadro 14. APL Pinhão e Mate

Território: Irati e Região Paraná / BR 376		
Municípios: Tijucas do Sul e São José dos Pinhais Boaventura de São Roque, Quitandinha, Rebouças, São Mateus do Sul, Antônio Olinto, Pinhão, Turvo, Palmas, Cândói, Ilha de Superagüi, Guaratuba, Garuva/SC		
Unidade de Conservação: Parna Saint-Hilaire / Lange, Refúgio de Vida Silvestre Campos de Palmas		
Terra Indígena: Marrecas		
Território Quilombola: Cândói : Vila São Tomé, Despraiado, Cavernoso / Pinhão: Invernada Paiol de Telha* / Palmas: Castorina Maria da Conceição, Adelaide Maria Trindade Batista / Turvo: Campina dos Morenos		
Qual o Público que exerce atividade no APL?		
Número de Famílias diretamente envolvidas		
Possui Núcleo Gestor: Não		
Contatos Camila Ricari Menon Eng ^a Florestal - Fundação de Pesquisas Florestais Paraná - FUPEF Tel: 41 3360 4222 / Fax: 41 3360 4221/ www.fupez.ufpr.br		
Situação de Funcionamento do Núcleo Gestor – Não existe Núcleo Gestor		
Existe Política de Desenvolvimento Territorial? Sim: Paraná Centro (Boa Ventura de São Roque e Turvo)		
Quais Possuem DAP? Física ou Jurídica 50 DAPs em 2010	Quem Emite? INCRA	
Acesso ao PAA - Desde quando? Sim, 5 municípios: Boaventura de São Roque, Cândói, Pinhão, Rebouças e Turvo	*Quais os Produtos	
*Acesso a PGPM	*Desafios e Problemas	
*Safrá – Período		
*Quais os Empreendimentos no Território (cooperativas, associações atividades que tenham condições de fornecer o produto ao mercado)	*Situação de Funcionamento	*O que eles produzem
*Quais as empresas no território que trabalham com os produtos do APL		
*Possui Parceria com Empresas – PSE		
*Mercado e Informações Complementares:		

* O apoio a esses APLs está em estágio inicial, assim, as informações ainda não foram sistematizadas como nos demais Arranjos, conforme informado no Anexo 06.

Mapa 15. APL Pinhão e Mate



2.1. APLs e os Quilombolas

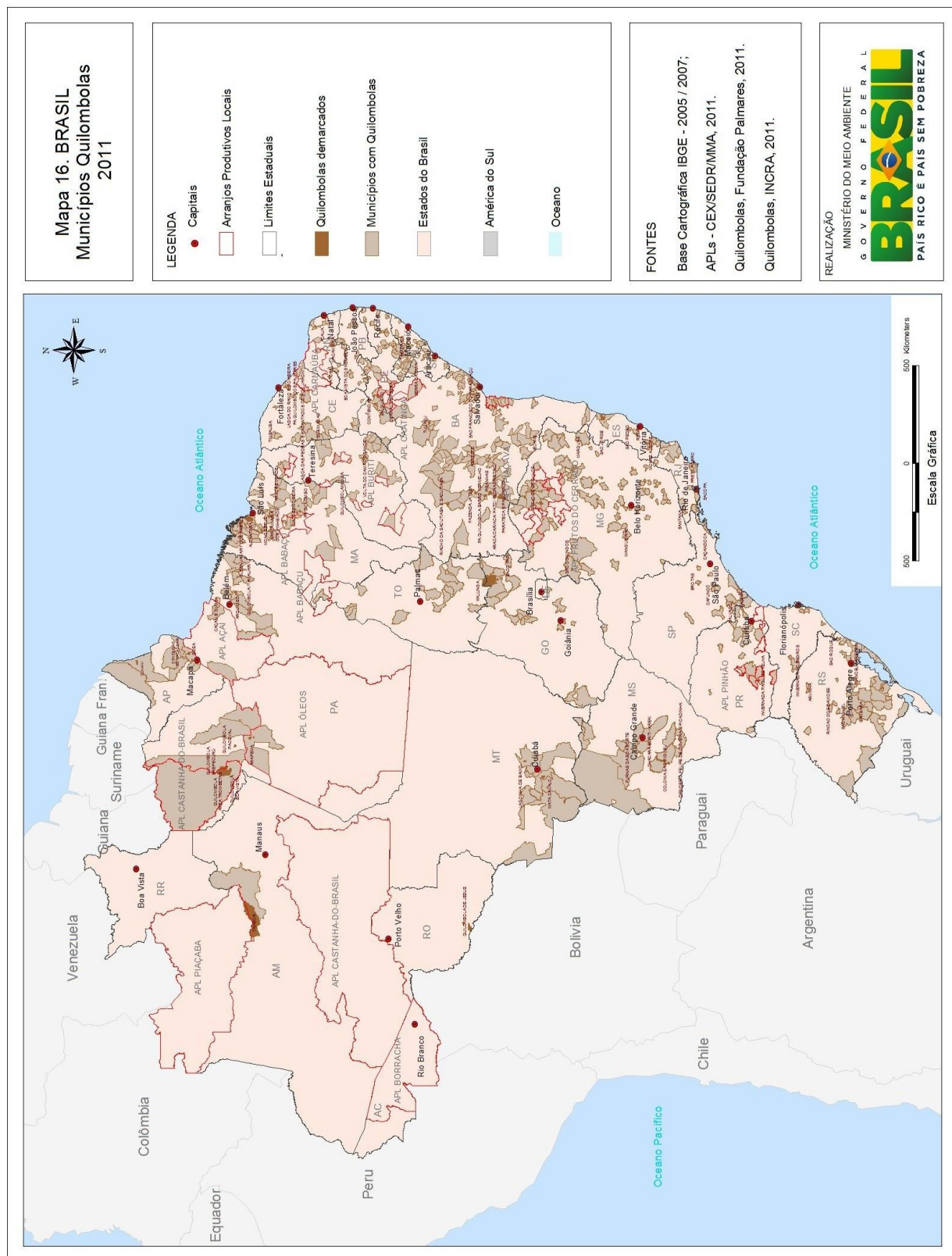
Os territórios quilombolas têm suas origens no processo de formação sócio-econômico brasileiro do século 18, formados, sobretudo, pelos escravos “negros” que se rebelavam contra a escravidão. Mas, também, se formaram através de doações de terras realizadas a partir da desagregação da lavoura de monoculturas, como a cana-de-açúcar e o algodão; da compra de terras pelos próprios “escravos”, possibilitada pela desestruturação do sistema escravista; bem como de terras que foram conquistadas pelos negros pela prestação de serviço de guerra, lutando contra insurreições ao lado de tropas oficiais (INCRA, 2010).

A autodeterminação das comunidades negras rurais remanescentes de quilombos se dá em razão dos costumes, tradições, condições sociais, culturais e econômicas específicas que as distinguem de outros setores da coletividade nacional. Ou seja, quilombo é termo utilizado por esses grupos para designar “uma herança cultural e material que lhes confere uma referência presencial no sentido de ser e pertencer a um lugar e a um grupo específico”, assim definindo-o a Associação Brasileira de Antropologia (ABA).

Considerando as peculiaridades desses povos, a sua organização socioeconômica vêm sendo fortemente ameaçada pela constante pressão sócio-econômica, principalmente, da monocultura, pecuária e construção de hidrelétricas sobre seus territórios disto resultando situações de insegurança alimentar e nutricional nas comunidades. Assim, são necessárias políticas públicas articuladas para garantir o acesso ao território e às condições sócio-econômicas e ambientais que promovam o desenvolvimento sustentável desses povos e comunidades.

Uma das políticas voltadas para o apoio às iniciativas de promoção da segurança alimentar e nutricional e de geração de renda para Povos Indígenas e Quilombolas tem sido executada pelo PNPSB. Assim, está em andamento na CEX/DEX/MMA, por meio do estabelecimento do Termo de Cooperação com o MDS, o fomento à oito Arranjos Produtivos Locais- APL do PNPSB quilombolas (essa informação será mais bem detalhada no item 3.). Nesse sentido, as informações apresentadas no mapa a seguir são subsídios para análise sobre esse apoio.

Mapa 16. Brasil – APL – Municípios com Quilombolas



2.2. APLs e os Projetos de Assentamentos Agroextrativistas

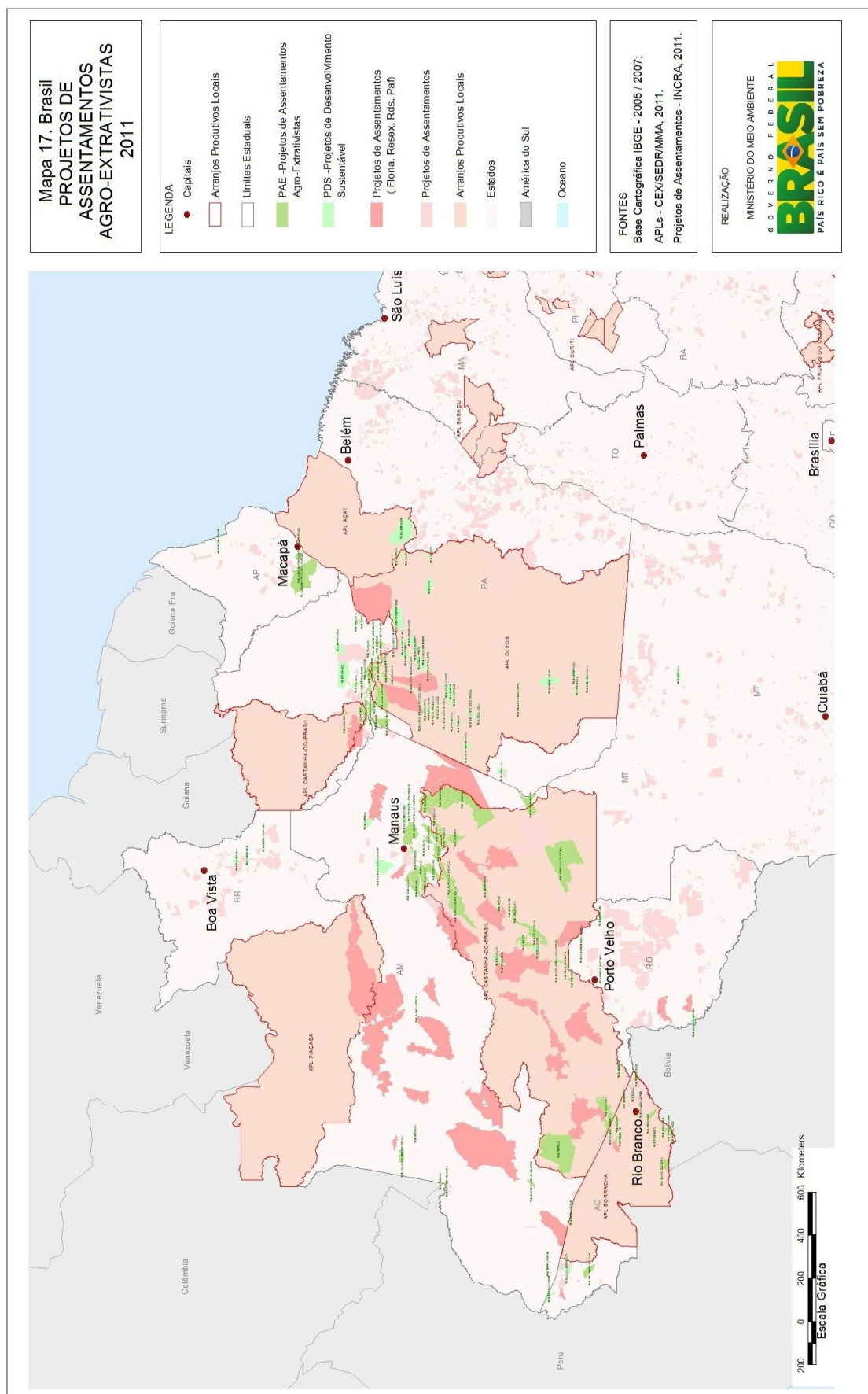
Os Projetos de Assentamentos Extrativistas (PAE), apresentados no mapa a seguir, foram criados para uma forma de reforma agrária diferenciada na Amazônia, respeitando e resgatando a forma e o modelo de ocupação das populações tradicionais, introduzindo sistemas de manejo florestal e de recuperação de áreas alteradas. Portanto, a visualização desses territórios em relação aos limites dos APLs apoiados pela CEX é estratégica no sentido de compreender os espaços de atuação do PNPSB. A base econômica desses projetos está na exploração extrativista interagindo com o sistema ecológico e a valorização da organização social. Foram implantadas em áreas com potencial extrativista ocupadas por populações tradicionais, como seringueiros e ribeirinhos.

Outra modalidade de assentamento, apresentado pelo INCRA, também importante para o MMA, denominada Projeto de Desenvolvimento Sustentável - PDS, de interesse social e ecológico, destina-se as populações que baseiam sua subsistência no extrativismo, na agricultura familiar e em outras atividades de baixo impacto ambiental. Ela se deu com discussões entre técnicos do Ministério do Meio Ambiente, do Conselho Nacional de Seringueiros, do Centro Nacional de Populações Tradicionais do Ibama e do INCRA, por determinação dos Ministros de Estado do Desenvolvimento Agrário e do Meio Ambiente. Visa conciliar a assentamento humano de populações tradicionais ou não, em áreas de interesse ambiental, com a promoção do desenvolvimento sustentável.

Além dessas duas modalidades em destaque, PAE e PDS, estão apresentados ainda no mapa os limites dos APLs e outras áreas com assentamentos humanos em Unidades de Conservação, criadas com base nos objetivos do MMA, como: a Reserva Extrativista – RESEX, uma categoria de Unidade de Conservação que harmoniza a exploração ecologicamente dos recursos naturais renováveis, com o bem estar social e econômico das famílias; a Reserva de Desenvolvimento Sustentável – RDS, que tem como objetivo básico preservar a natureza e, ao mesmo tempo, assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e a melhoria dos modos e da qualidade de vida e exploração dos recursos naturais das populações tradicionais, bem como valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo do ambiente, desenvolvido por estas populações; a Floresta Nacional – FLONA, uma área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas e tem como objetivo básico o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas; e, o Projeto de Assentamento Florestal – PAF, uma modalidade de assentamento voltada para o manejo florestal de rendimento sustentável de recursos florestais em áreas com aptidão para a produção florestal familiar comunitária e sustentável, especialmente aplicável à região norte.

Acrescida a essas modalidades, são apresentados também, no mapa a seguir, os projetos de assentamentos em geral, delimitados pelo INCRA. É importante ressaltar que, o processo de ocupação territorial é dinâmico e que as informações espaciais apresentadas, referentes a março de 2011, estão em constante mudança.

Mapa 17. Projetos de Assentamentos Agroextrativistas e Limites dos APLs



2.3. Políticas Públicas - DAP / PAA / PGPM

As políticas públicas de acesso aos mercados para os PCTAFs, visando superar o gargalo 4: Acesso a Mercados do PNPSB, se inserem num contexto político amplo, e estão articuladas com o conjunto de políticas e programas disponíveis para esse público, especialmente o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), assim como outras ações de apoio e fomento.

O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, implementado pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), com mecanismos de comercialização dos produtos do extrativismo pelas modalidades de aquisições Formação de Estoque ou Compra Direta. Essas ferramentas são importantes para a agregação de renda para os PCTAFs, principalmente na modalidade Formação de Estoques, que possibilita o acesso a mercados mais justos. Esse programa representa grandes contribuições para os agricultores familiares em geral e também para os agricultores extrativistas em especial, principalmente na ampliação de acesso aos mercados. Em 2010, do total de 1070 municípios atendidos no Brasil, foram mais de 70 municípios dos APLs atendidos pelo PAA, conforme mapa abaixo.

O Programa de Garantia de Preços Mínimos - PGPMBio – institucionalizada na Lei 11.775 de setembro de 2008, é uma iniciativa que faz parte de uma política de apoio à comercialização de produtos da sociobiodiversidade e de melhoria da capacidade de autos-sustentação dos povos e comunidades tradicionais. Ele permite instituir modalidade de subvenção direta que prevê ao extrativista o recebimento de um bônus ao comprovar que efetuou a venda de seu produto por preço inferior ao preço mínimo fixado pelo Governo Federal. A operacionalização dessa Política para os produtos do extrativismo tem a tutela do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e é operacionalizado pela CONAB. Inicialmente garantiu preço mínimo para alguns produtos extrativistas: castanha do Brasil, andiroba, copaíba, buriti, seringa, piaçava, carnaúba, pequi e açaí. Os custos de produção para os produtos extrativistas em 2011, fornecidos pela CONAB, estão em anexo a esse documento.

A Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP é um documento essencial para o acesso às Políticas Públicas, principalmente o PAA, porém enfrenta algumas dificuldades, relacionadas à reduzida estrutura de emissão e pela ausência de documentação básica (RG, CPF e regularização fundiária) de grande parte do público extrativista. Mesmo com essas dificuldades, conforme apresentado na Tabela 01 a seguir, foram 34.652 DAPs no Brasil, conforme dados do MDA, sendo 14.730 DAPs nos APLs em 2010. Desse número, destaca-se o APL do Açaí na Ilha de Marajó, com 6.915 DAPs em 15 municípios, sendo São Sebastião da Boa Vista com o maior número de declarações, seguido do Babaçu no Médio Mearim, com 3030 declarações em 17 municípios e da Seringa no Vale do Acre, com 2741 declarações em 16 municípios. Em 2009, duas instituições não governamentais foram cadastradas pela Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) para emissão de DAPs, o Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS) e o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB). Cada uma destas instituições recebeu um valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) destinados a capacitação para emissão deste documento.

Tabela 01. DAPs por APL em 2010

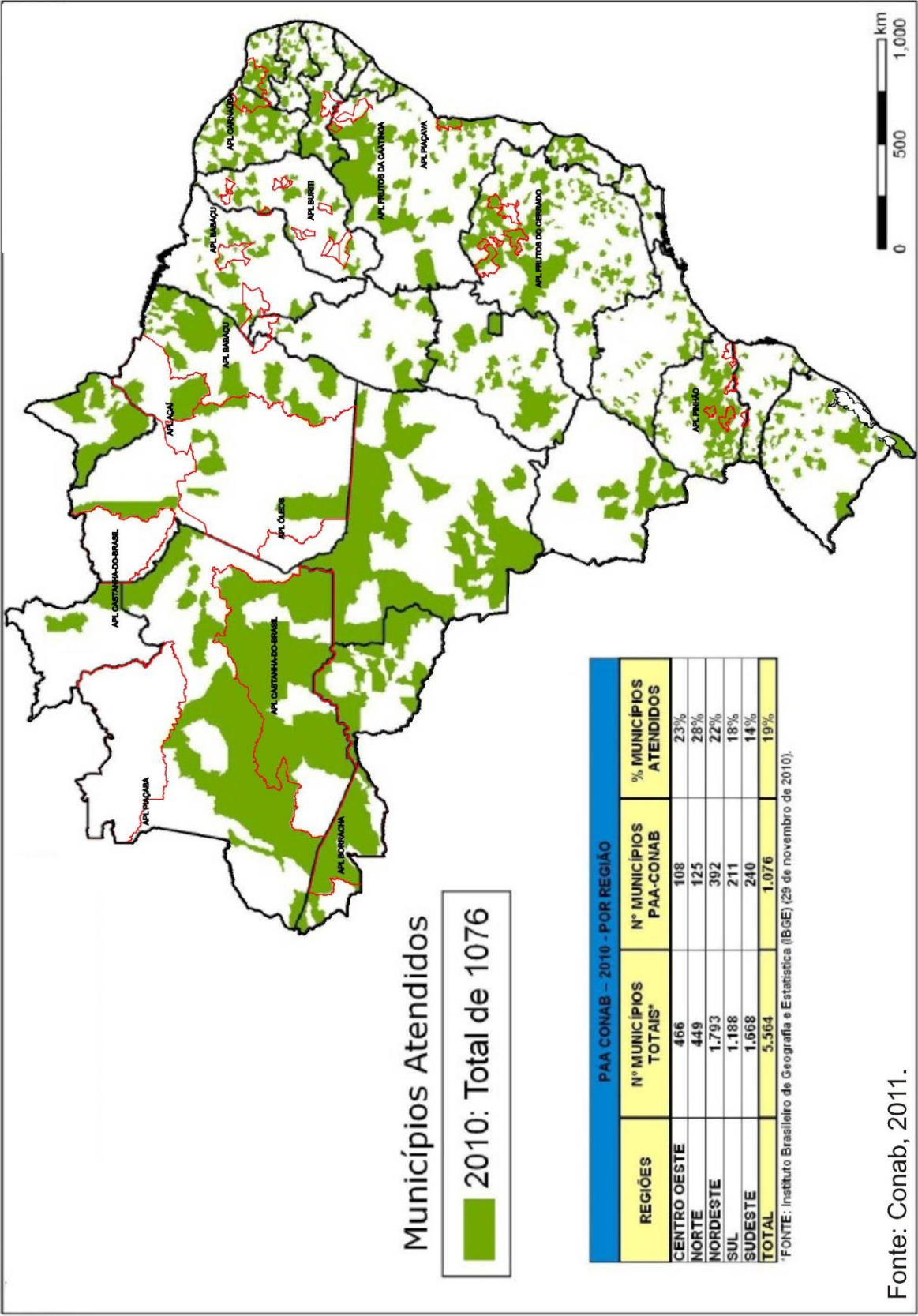
APL	UF	MUNICÍPIO	QTD DAP
Açaí – Ilha do Marajó	PA	Afuá	1.009
Açaí – Ilha do Marajó	PA	Anajás	370
Açaí – Ilha do Marajó	PA	Bagre	682
Açaí – Ilha do Marajó	PA	Breves	674
Açaí – Ilha do Marajó	PA	Cachoeira do Arari	45
Açaí – Ilha do Marajó	PA	Chaves	36
Açaí – Ilha do Marajó	PA	Curralinho	1.303
Açaí – Ilha do Marajó	PA	Gurupá	804
Açaí – Ilha do Marajó	PA	Melgaço	93
Açaí – Ilha do Marajó	PA	Muaná	239
Açaí – Ilha do Marajó	PA	Ponta de Pedras	224
Açaí – Ilha do Marajó	PA	Portel	13
Açaí – Ilha do Marajó	PA	Salvaterra	2
Açaí – Ilha do Marajó	PA	São Sebastião da Boa Vista	1.417
Açaí – Ilha do Marajó	PA	Soure	4
Total			6.915
Babaçu – Bico do Papagaio	MA	Amarante do Maranhão	9
Babaçu – Bico do Papagaio	MA	Cidelândia	20
Babaçu – Bico do Papagaio	MA	Davinópolis	3
Babaçu – Bico do Papagaio	MA	Imperatriz	7
Babaçu – Bico do Papagaio	MA	Vila Nova dos Martírios	5
Babaçu – Bico do Papagaio	PA	Brejo Grande do Araguaia	1
Babaçu – Bico do Papagaio	PA	São Domingos do Araguaia	3
Babaçu – Bico do Papagaio	PA	Palestina do Pará	2
Babaçu – Bico do Papagaio	TO	Araguatins	2
Babaçu – Bico do Papagaio	TO	Esperantina	1
Babaçu – Bico do Papagaio	TO	Praia Norte	1
Babaçu – Bico do Papagaio	TO	Sítio Novo do Tocantins	14
Babaçu – Bico do Papagaio	TO	Tocantinópolis	10
Total			78
Babaçu - Médio Mearim	MA	Pedreiras	7
Babaçu – Médio Mearim	MA	Bacabal	502
Babaçu – Médio Mearim	MA	Bernardo do Mearim	756
Babaçu – Médio Mearim	MA	Bom Lugar	257
Babaçu – Médio Mearim	MA	Esperantinópolis	9
Babaçu – Médio Mearim	MA	Igarapé Grande	281
Babaçu – Médio Mearim	MA	Lago do Junco	121
Babaçu – Médio Mearim	MA	Lago dos Rodrigues	503
Babaçu – Médio Mearim	MA	Lago Verde	141
Babaçu – Médio Mearim	MA	Olho d'Água das Cunhãs	8
Babaçu – Médio Mearim	MA	Pio XII	12
Babaçu – Médio Mearim	MA	Poção de Pedras	28
Babaçu – Médio Mearim	MA	Santo Antônio dos Lopes	5
Babaçu – Médio Mearim	MA	São Luís Gonzaga do Maranhão	71
Babaçu – Médio Mearim	MA	São Mateus do Maranhão	108
Babaçu – Médio Mearim	MA	São Roberto	1
Babaçu – Médio Mearim	MA	Trizidela do Vale	229
Total			3039
Buriti - Piauí	PI	Bom Jesus	9
Buriti - Piauí	PI	Palmeira do Piauí	1
Buriti - Piauí	PI	Piripiri	3
Buriti - Piauí	PI	Valença do Piauí	1
Total			14
Carnaúba - Jaguaribe Açu	CE	Limoeiro do Norte	1
Carnaúba - Jaguaribe Açu	CE	Aracati	3
Carnaúba - Jaguaribe Açu	CE	Fortim	2
Carnaúba - Jaguaribe Açu	CE	Russas	2
Carnaúba - Jaguaribe Açu	CE	São João do Jaguaribe	1
Carnaúba - Jaguaribe Açu	CE	Tabuleiro do Norte	2
Carnaúba - Jaguaribe Açu	RN	Alto do Rodrigues	1
Carnaúba - Jaguaribe Açu	RN	Apodi	2
Carnaúba - Jaguaribe Açu	RN	Carnaubais	1
Carnaúba - Jaguaribe Açu	RN	Serra do Mel	4
Carnaúba - Jaguaribe Açu	CE	Alto Santo	1
Total			34

Castanha - Sul do Amazonas	AM	Apuí	25
Castanha - Sul do Amazonas	AM	Beruri	96
Castanha - Sul do Amazonas	AM	Boca do Acre	74
Castanha - Sul do Amazonas	AM	Borba	311
Castanha - Sul do Amazonas	AM	Canutama	42
Castanha - Sul do Amazonas	AM	Humaitá	2
Castanha - Sul do Amazonas	AM	Lábrea	341
Castanha - Sul do Amazonas	AM	Manicoré	366
Castanha - Sul do Amazonas	AM	Nova Olinda do Norte	50
Castanha - Sul do Amazonas	AM	Novo Aripuanã	161
Castanha - Sul do Amazonas	AM	Pauini	58
Castanha - Sul do Amazonas	AM	Tapauá	8
Total			1534
Castanha - Oriximiná	PA	Oriximiná	46
Total			46
Óleos – BR-163	PA	Altamira	4
Óleos – BR-163	PA	Anapu	2
Óleos – BR-163	PA	Aveiro	9
Óleos – BR-163	PA	Belterra	7
Óleos – BR-163	PA	Brasil Novo	15
Óleos – BR-163	PA	Itaituba	35
Óleos – BR-163	PA	Medicilândia	35
Óleos – BR-163	PA	Rurópolis	1
Óleos – BR-163	PA	Uruará	1
Óleos – BR-163	PA	São Félix do Xingu	1
Total			110
Pequi – Norte de Minas	MG	Brasília de Minas	1
Pequi – Norte de Minas	MG	Januária	1
Pequi – Norte de Minas	MG	Japonvar	196
Pequi – Norte de Minas	MG	Lontra	2
Pequi – Norte de Minas	MG	Montes Claros	11
Total			211
Piaçaba – Médio Rio Negro	AM	São Gabriel da Cachoeira	8
Total			8
Piaçava – Sul da Bahia	BA	Cairu	89
Piaçava – Sul da Bahia	BA	Ituberá	5
Piaçava – Sul da Bahia	BA	Nilo Peçanha	16
Total			110
Pinhão	PR	Antônio Olinto	1
Pinhão	PR	Guaratuba	1
Pinhão	PR	Pinhão	47
Pinhão	PR	São José dos Pinhais	1
Total			50
Seringa – Vale do Acre	AC	Acrelândia	56
Seringa – Vale do Acre	AC	Assis Brasil	158
Seringa – Vale do Acre	AC	Brasiléia	551
Seringa – Vale do Acre	AC	Bujari	12
Seringa – Vale do Acre	AC	Capixaba	72
Seringa – Vale do Acre	AC	Epitaciolândia	109
Seringa – Vale do Acre	AC	Feijó	303
Seringa – Vale do Acre	AC	Manoel Urbano	74
Seringa – Vale do Acre	AC	Plácido de Castro	98
Seringa – Vale do Acre	AC	Porto Acre	17
Seringa – Vale do Acre	AC	Rio Branco	343
Seringa – Vale do Acre	AC	Sena Madureira	355
Seringa – Vale do Acre	AC	Senador Guomard	44
Seringa – Vale do Acre	AC	Tarauacá	129
Seringa – Vale do Acre	AC	Xapuri	420
Total			2.741

Fonte: MDA/SAF/Banco de dados DAP, 2011.

Quantidade Total de DAPs por APL = **14.730**

Mapa 18. Municípios atendidos pelo PAA em 2010 e limites dos APLs



3. SITUAÇÃO ATUAL DAS AÇÕES NAS CADEIAS DE VALOR E NOS APLs – PNPSB

As ações realizadas pela CEX para as Cadeias de Valor e APLs, no primeiro trimestre desse ano, estiveram voltadas principalmente para o fortalecimento desses territórios por meio da organização do edital de publicação dentro do Termo de Cooperação entre MMA e MDS, bem como com o acompanhamento técnico das Oficinas de Boas Práticas de Manejo. Além dessas ações, está em andamento, também os convênios em Humaitá, no Amazonas e no Piauí para o Buriti com o Ministério da Ciência e Tecnologia.

Uma das estratégias de fomento em 2011 é a execução das ações previstas no Termo de Cooperação MDS/MMA nº 01/2010, bem como a do Edital de justificativa MDS nº 04/2010. Essas parcerias, com público alvo principal de comunidades quilombolas e indígenas, têm seu foco na estruturação e fortalecimento dos APLs da sociobiodiversidade, a partir do apoio na articulação, na integração de ações e na mobilização dos atores envolvidos, (Extrativistas, Cooperativas, Associações, Organizações da Sociedade Civil, Governos de Estado, o Governo Federal e Instituições Privadas). Assim, no Termo de Cooperação há recursos disponíveis para realizar a mobilização, capacitação, acompanhamento e planejamento de ações e no Edital de Justificativa há recursos disponíveis para estruturar a produção, com a compra de máquinas e equipamentos. (Tabela 02).

No Edital de Justificativa MDS nº 04/2010, o apoio será por meio da ampliação da oferta e acesso aos alimentos, do fortalecimento da cultura alimentar local, bem como do desenvolvimento de oportunidades de trabalho e renda. Visa, a consolidação de projetos de promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade voltados aos Povos e Comunidades Tradicionais - Quilombolas. As áreas de apoio são: 1) Bahia: APL de Piaçava (Baixo Sul Baiano) e Frutos da Caatinga; 2) Maranhão: APL de Babaçu na região do Médio-Mearim; 3) Pará: APL da Castanha em Oriximiná e APL de Açaí e Andiroba do Arquipélago do Marajó / Pará; 4) Minas Gerais: APL de Frutos do Cerrado no Norte de Minas Gerais.

No Termo de Cooperação entre MMA e MDS, o fortalecimento dos APLs da Sociobiodiversidade tem como objetivo geral “Apoiar iniciativas de promoção da segurança alimentar e nutricional e de geração de renda para Povos Indígenas e Quilombolas, por meio do desenvolvimento de 10 Arranjos Produtivos Locais- APL do PNPSB nos Estados do Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Pará e Piauí”. Para isso, está previsto o planejamento das estratégias de melhoria dos APLs com a realização de diagnóstico e mapeamento; a Promoção da articulação entre os diferentes operadores integrantes de cada APL e entre os APLs, os Estados e o Governo Federal; o desenvolvimento e fortalecimento das capacidades para os diferentes operadores integrantes de cada APL. Nesse sentido, as principais atividades previstas são: mapeamento da Cadeia e revisão do mapeamento nos APLs antigos; instituição e implantação de Núcleo Gestor; animação e mobilização do Núcleo Gestor; construção de projetos estratégicos; capacitação em Gestão de Empreendimento; capacitação em Boas Práticas de Produção; Oficina de Políticas Públicas. O Valor total do Termo é de R\$ 2.832.500,00, sendo este recurso distribuído em média R\$ 250.000,00 por APL (Tabela 02).

Para viabilizar as ações previstas no Termo de Cooperação, está em andamento a elaboração e publicação de edital, por meio do PNUD para contratar instituição pública para desenvolver as seguintes atividades: capacitação dos atores dos APL em gestão de empreendimentos, boas práticas de produção e manejo, acesso às políticas públicas (Política de Aquisição de Alimentos - PAA, Política de Garantia de Preço mínimo - PGPM e Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE); reunião com Núcleo Gestor ou Grupo de Trabalho do APL; oficinas para mapear as Cadeias e planejamento estratégico; facilitador local - articular na base os diferentes grupos produtivos que trabalham com a cadeia – produção e cooperativas; apoio para acessar recurso (elaboração de edital, projetos, etc.); animação do APL e instituição operadora da cadeia (cooperativas, associações, grupos de famílias, empresas, atravessadores, atacadistas, etc.). Esse facilitador tem a função de estabelecer o diálogo entre os diversos elos que formam a cadeia, ou seja, entre os operadores e a cadeia, visando adquirir competitividade no mercado. Estão sendo priorizadas as instituições que oferecem serviços de apoio e assistência técnica.

Nesse processo, no início desse ano, foram enviados ao PNUD as Manifestações de Interesse, que é semelhante à modalidade Carta Convite, entretanto, não segue necessariamente os trâmites de uma licitação clássica. As atividades de apoio e fomento aos Povos e Comunidades Tradicionais, no âmbito desse projeto serão executadas por Organização da Sociedade Civil selecionadas por Chamada Pública, mediante apresentação de propostas que atendam as necessidades desses grupos, com comprovação de excelência na gestão de projetos, satisfatória capacidade instalada e amplo reconhecimento por parte dos Povos e Comunidades Tradicionais.

Assim, a seleção das instituições que trabalharão com os APLs se dará em duas etapas, a primeira, com a publicação da Manifestação de Interesse sendo que o proponente que se interessar deverá enviar a documentação para análise, como o “portfólio” da empresa, para ver se é qualificada, sendo exigida uma qualificação mínima de 50 pontos. Em seguida, numa segunda etapa, será publicado o Termo de Referência para próxima seleção, mais criteriosa. A Manifestação de Interesse está organizada da seguinte: identificação, demandante, antecedentes, objetivos, condições dos participantes, pontuação (variável por APL – Empreendimentos, ONGs), processo seletivo, endereço. O Termo de Referência apresenta a seguinte estrutura: objeto, local de execução e público beneficiado, contexto local, justificativa, formato de apresentação dos resultados, produtos esperados, prazo de execução, apoio financeiro ao programa, aplicação dos recursos, prestação de contas.

O Termo de Cooperação tem como finalidade contribuir para a implementação de estratégias de melhoria de cadeias produtivas, de modo a criar as condições para a inserção das comunidades quilombolas e Povos indígenas em Arranjos Produtivos Locais – APL, de produtos integrantes de sua economia, com respeito as suas especificidades culturais e à sua autonomia. Serão apoiados 10 APLs, sendo oito (08) ações orientadas para atender quilombolas e duas (02) ações para atender Povos Indígenas. Serão fortalecidos os seguintes APLs: Em Minas Gerais, Frutos do Cerrado; na Bahia, Piaçava e Frutos da Caatinga; no Pará Óleos, Castanha-do-Brasil, Açaí e Andiroba; no Maranhão, Babaçu; no Piauí, Buriti; no Ceará, Carnaúba e Babaçu, que também incluirá o Pequi; e no Amazonas, Piaçava.

Assim, está em análise pela equipe da CEX a delimitação dos seguintes APLs: do Pequi e do Babaçu no Ceará; dos Frutos da Caatinga (Licuri e Umbu) no norte da Bahia; do APL Indígena na região da BR-163; e do Açaí na Ilha de Marajó (PA). Os APLs, com ações de fortalecimento, já delimitados são: Piaçaba - Médio Rio Negro, Castanha-do-Brasil – Oriximiná, Babaçu – Médio Mearim. (Mapas a seguir: Ceará – Carnaúba; Ceará – Babaçu e Pequi; Bahia – Frutos da Caatinga; Piauí – Buriti)

Cabe ressaltar que, para a delimitação dos novos APLs, os mapas apresentados abaixo foram importantes enquanto instrumentos de apoio na tomada de decisão para a equipe da CEX, pois apresentam um conjunto de informações espaciais inter-relacionadas como: produção e existência de quilombolas nos municípios.

Existem ainda três APLs que não estão inclusos no Edital de Justificativa e nesse Termo de Cooperação com o MDS: Castanha-do-Brasil no Sul do Amazonas, Seringa no Acre e, Babaçu no Bico do Papagaio. Para o da Castanha, está ocorrendo o apoio em Humaitá. Além desses, os APLs do Sul, Pinhão e Mate na Região de Irati e BR-376, estão com apoio de recursos do MMA, como chamada pública para apoiar projetos no PDA.

Nesse período foram apoiadas algumas ações pontuais aos APLs, como a do APL do Pinhão e Mate com uma visita técnica de um analista ambiental da CEX para monitorar dois projetos apoiados pelo MMA e, reunir com IEEP e FUPEF, para atuar com a Cadeia do Pinhão. Foi feito também reunião com a concessionária da BR-376, considerando a possibilidade de apoio do MMA na chamada do PDA para melhorar a qualidade da venda dos produtos dos comerciantes de Pinhão que vendem seus produtos há mais de 80 anos na beira da BR.

Cumprir informar ainda sobre os Planos de Ação da maioria dos APLs citados acima, que foram estabelecidos nas oficinas de planejamento estratégico entre o segundo semestre de 2008 e primeiro semestre de 2009, e deverão ser retomados com o processo de contratação de instituição por meio do Termo de Cooperação. Esses planos visaram integrar os elos da cadeia, sendo que foi construída uma “visão de futuro” considerando as especificidades de cada APL. Nas oficinas buscou-se estabelecer um vínculo entre as instituições, levantando os gargalos e as oportunidades, bem como as estratégias para minimizar essas fragilidades e potencializar as oportunidades. A partir dessas informações já levantadas e sistematizadas, serão construídos novos Planos de Ação.

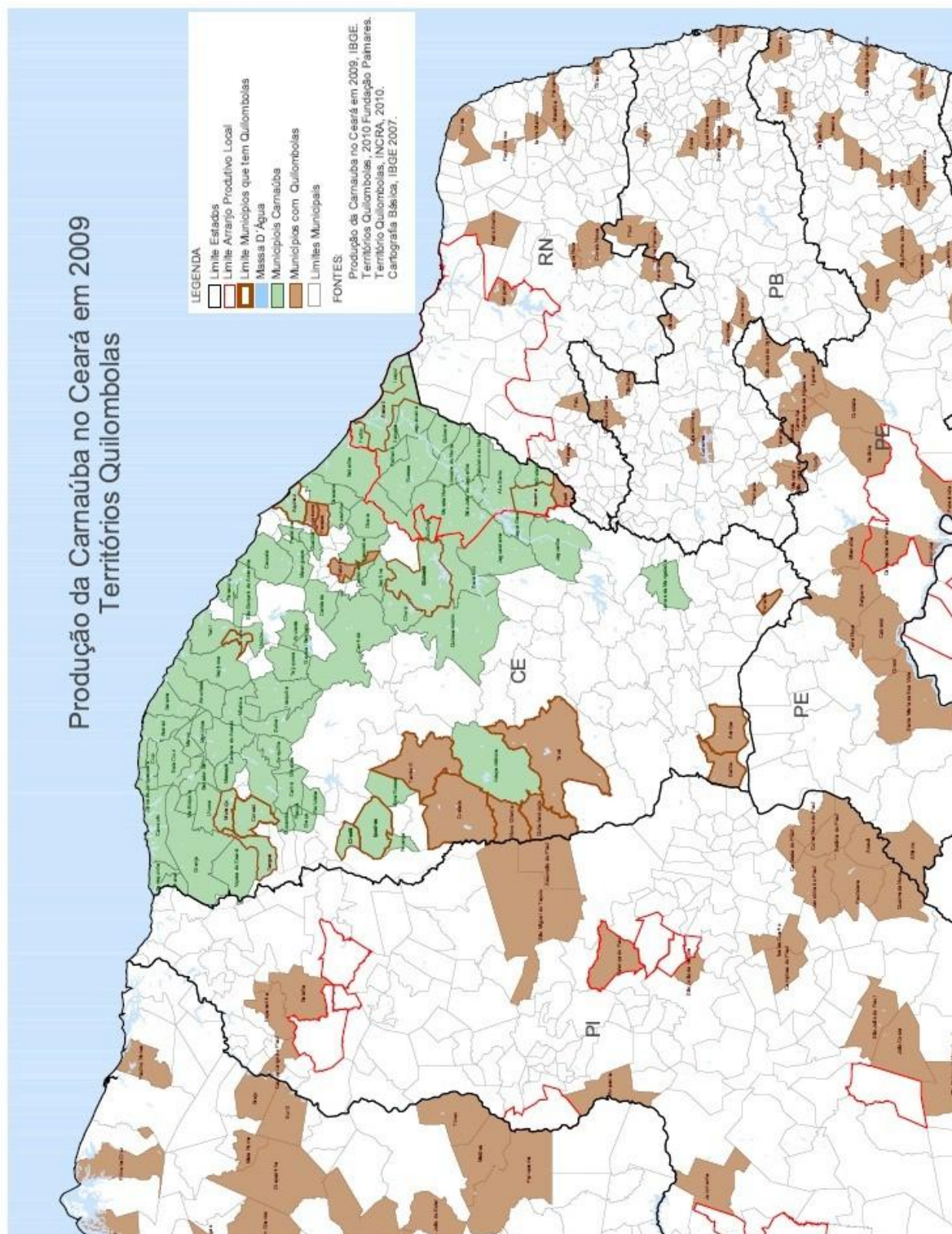
Alguns APLs avançaram, apresentando uma estrutura organizacional mais estruturada, com instâncias de governança e maior autonomia nas tomadas de decisão, como o da Carnaúba (Vales dos Jaguaribe e Açu – CE e RN) e o dos Frutos do Cerrado - Pequi (Norte de Minas). O Núcleo da Piaçava (Baixo Sul da Bahia) começou a se estruturar para avançar na busca de autonomia, com uma reunião organizada por eles mesmos. Já outros apresentaram apenas ações pontuais como o da Castanha-do-Brasil (Calha Norte – Oriximiná), o do Açaí (Marajó), o da Piaçaba (Médio Rio Negro), e o do Buriti (Piauí). Há ainda os territórios menos estruturados ainda, que não possuem Núcleo Gestor, e carecem de maior articulação: Óleos - BR-163, Babaçu - Médio Mearim, Frutos da Caatinga – Norte da Bahia (este em redefinição quanto ao seu limite). Há também os APLs da região Sudeste e Sul, que estão em início de estruturação, conforme já informado no texto.

Tabela 02. Fomento do MMA/DEX/CEX para os Arranjos Produtivos em 2011

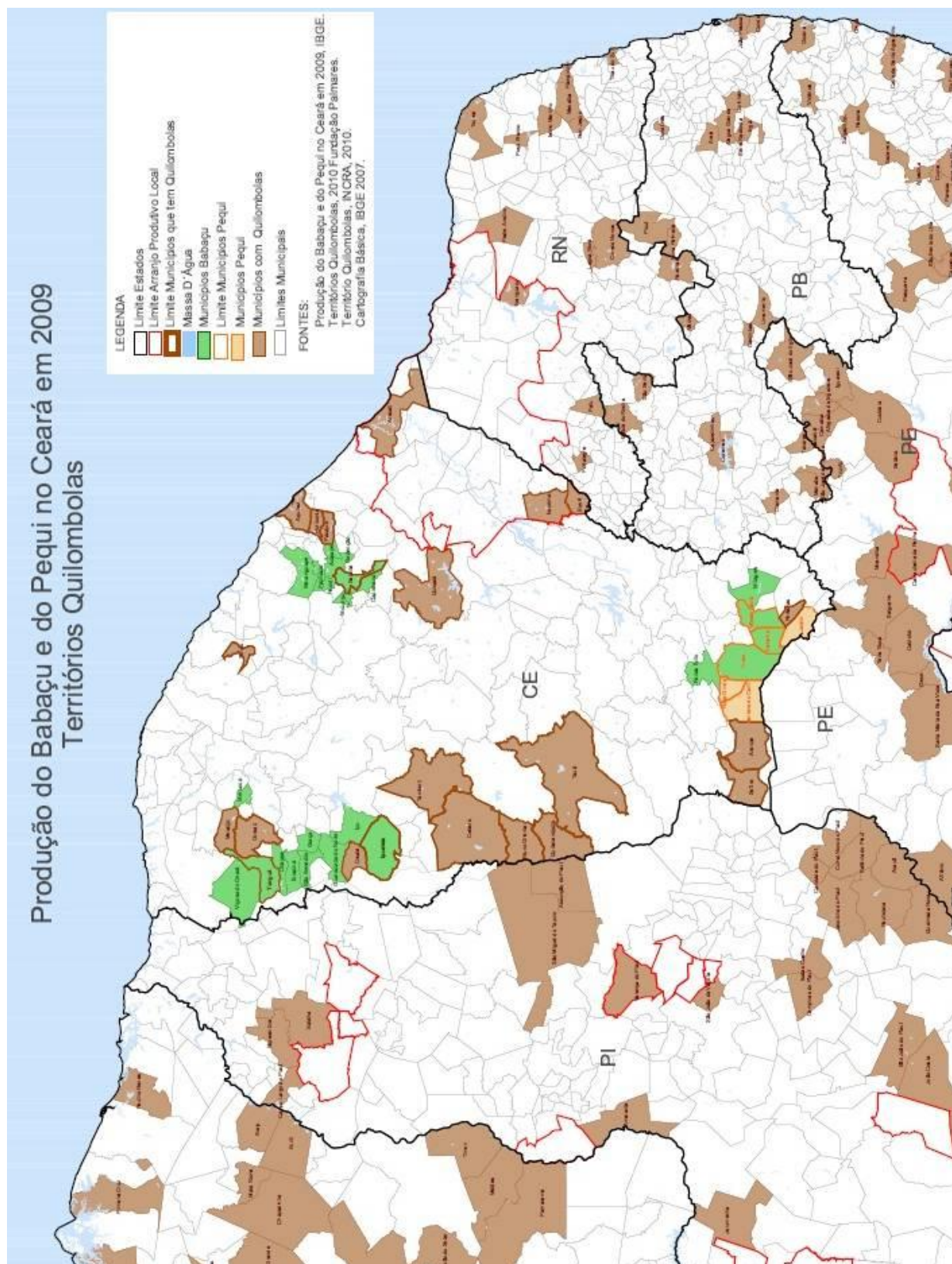
Parceria entre MMA/SEDR e MDS/SESAN através do Edital de Justificativa (Convênio)	APL – BABAÇU Médio Mearim - MA	Implantação (04) e ampliação (01) de Unidades de Produção de Azeite De Babaçu	Valor : R\$ 222.200,00 Termo de Cooperação MDS: cerca de R\$ 200.000,00 Valor Total: R\$ 422.200,00
Parceria entre MMA/SEDR e MDS/SESAN através do Edital de Justificativa	APL – CASTANHA-DO-BRASIL Oriximiná - PA	Aquisição de equipamentos de proteção individual para a coleta da castanha e para o escoamento da produção (barco, balança, gerador e material de consumo)	Valor do Projeto: R\$ 200.156,00 Valor do Termo de Cooperação MDS: Cerca de R\$ 200.000,00 VALOR TOTAL: R\$ 400.000,00
Parceria entre MMA/SEDR e MDS/SESAN através do Edital de Justificativa	APL AÇAÍ – Curralinho - Ilha do Marajó – PA	aquisição de equipamentos para o beneficiamento da polpa de açaí, visando atender as necessidades de comercialização dos mercados locais e regionais e escoamento da produção.	Valor do Projeto: R\$ 248.333,00 Valor Termo de Cooperação MDS: R\$ 250.000,00 VALOR TOTAL: R\$ 498.333,00
Parceria entre MMA/SEDR e MDS/SESAN através do Edital de Justificativa	APL FRUTOS DO CERRADO NORTE DE MINAS	Projeto de Aquisição de Equipamentos para adequação da plataforma agroindustrial de produção de polpas e sucos dos frutos do cerrado e caatinga localizado no distrito industrial de Montes Claros – MG e aquisição de instrumentos de apoio e manejo para coleta extrativista	Valor do Projeto: R\$ 437.222,74 Valor do Termo de Cooperação MDS: R\$ 250.000,00 Valor Total: 687.222,74
Parceria entre MMA/SEDR e MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA	APL DO BURITI Piauí	Projeto de Apoio para a estruturação de mini-fábricas familiares de produção de doce e óleo de buriti	Valor do Projeto: R\$ 240.000,00 Termo de Cooperação com o MDS: R\$ 272.900,00 Valor Total: R\$ 490.000,00
Termo de Cooperação entre MMA e MDS	APL PIAÇAVA Costa Sul da Bahia	Contratação de facilitadores locais, mapeamento da Cadeia e revisão do Mapeamento nos APLs antigos; Instituição e Implantação de Núcleo Gestor; Animação e Mobilização do Núcleo Gestor; Construção de Projetos Estratégicos; Capacitação em Gestão de Empreendimento; Capacitação em Boas Práticas de Produção; Oficina de Políticas Públicas.	Valor do Projeto: R\$ 250.000,00
	APL BABAÇU E PEQUI Ceará		Valor do Projeto: R\$ 250.000,00
	APL FRUTOS DA CAATINGA Bahia		Valor do Projeto: R\$ 250.000,00
Termo de Cooperação entre MMA e MDS e Carteira Indígena	APL INDÍGENA PIAÇABA Médio e Alto Rio Negro Amazonas		Valor do Projeto: R\$ 500.000,00 Termo de Cooperação com o MDS: R\$ 250.000,00 Carteira Indígena: R\$ 250.000,00
	APL INDÍGENA CASTANHA E ÓLEOS BR-163 Pará		Valor do Projeto: R\$ 500.000,00 Termo de Cooperação com o MDS: R\$ 250.000,00 Carteira Indígena: R\$ 250.000,00
Termo de Cooperação entre MMA e MDS	APL CARNAÚBA Vales Jaguaribe e Açu Ceará e Rio Grande do Norte		Valor do Projeto: R\$ 250.000,00

Fonte: CEX/DEX/MMA, março de 2011.

Mapa 19. Produção de Carnaúba Ceará

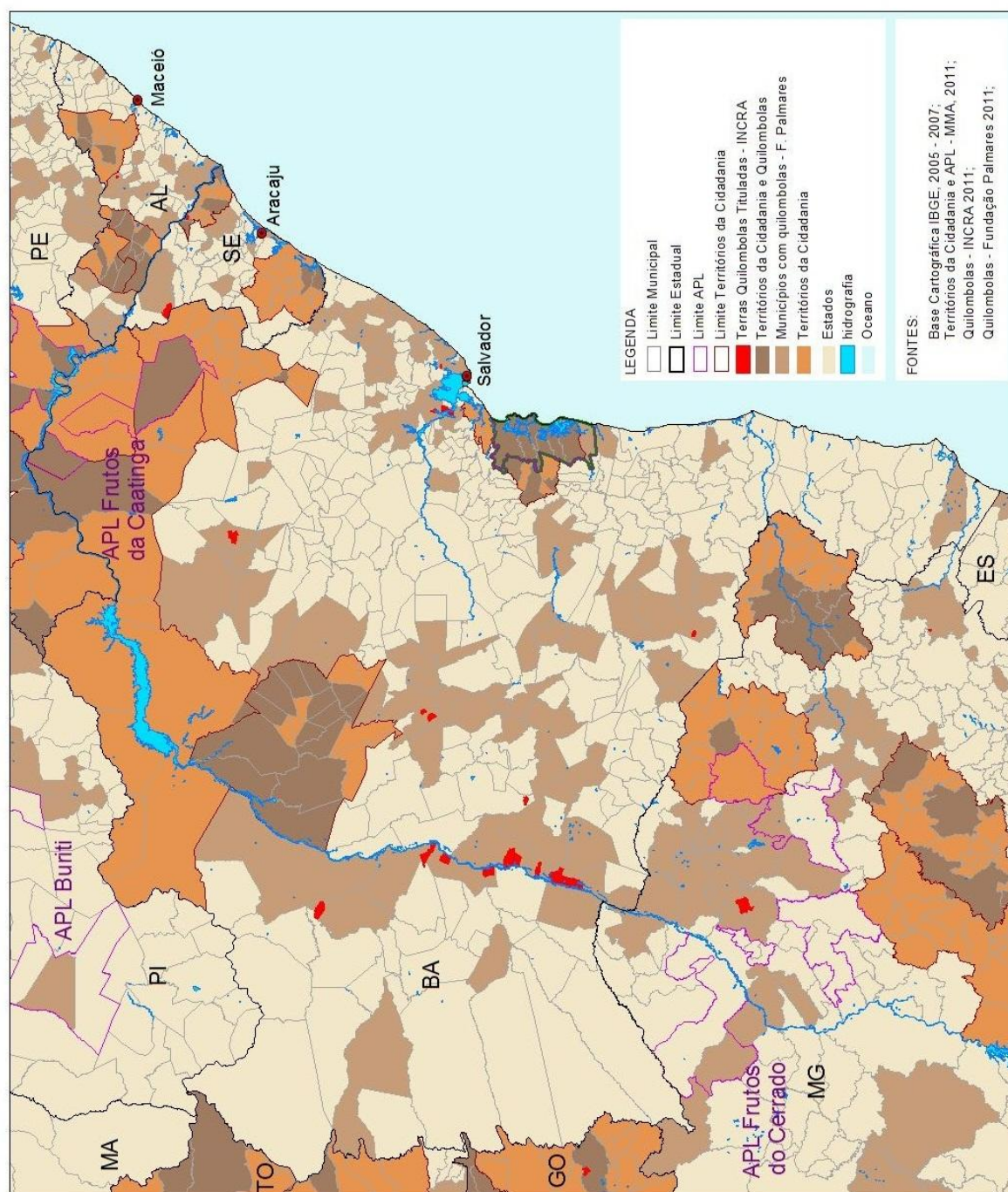


Mapa 20. Produção de Babaçu e Pequi no Ceará

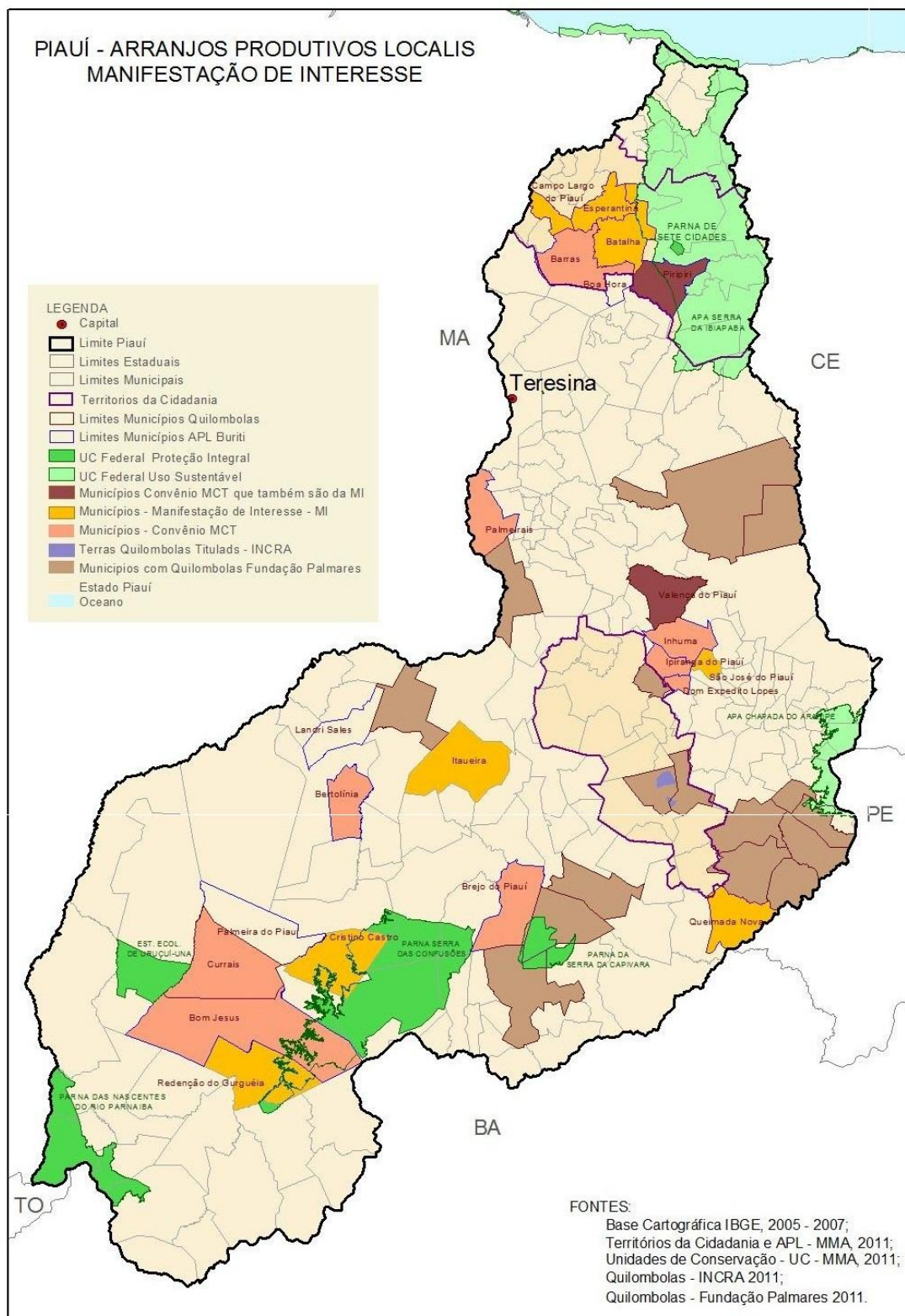


Mapa 21. Frutos da Caatinga – Bahia

Arranjos Produtivos Locais - Semi-Árido



Mapa 22. Buriti no Piauí



3.1. Oficinas de Boas Práticas de Manejo

Outra ação desenvolvida nos primeiros meses desse ano foi a continuidade do apoio nas Oficinas de Boas Práticas de Manejo, que já estavam acontecendo no segundo semestre do ano passado. Elas visam fortalecer os Arranjos Produtivos Locais e subsidiar tecnicamente tanto a Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade – PGPMBio quanto ao selo da sociobiodiversidade.

Essas Oficinas participativas são subsídios para a elaboração e a validação de documentos técnicos sobre os produtos relacionados. Foi previsto pela coordenação do PNPSB que esses documentos farão parte de uma publicação denominada “Diretrizes Técnicas para o Manejo Sustentável”.

Elas começaram em 2010 e devem se estender até meados desse ano de 2011 e, estão ocorrendo, nesse primeiro momento para 19 espécies priorizadas no PNPSB, sobre a coordenação de duas instituições, sendo uma delas a Coordenação de Agricultura AGROEcológica - COAGRE do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, responsável pela organização de 9 Oficinas (castanha-do-brasil, babaçu, licuri, caroá, baru, carnaúba, açai, pequi, buriti). E a outra, o Departamento de Floresta - DFlor, da Secretaria de Biodiversidade e Floresta do Ministério do Meio Ambiente, com a organização de 10 Oficinas (jatobá, candeia, piaçava, arnica, andiroba, copaíba, faveira, ipê, ipê-roxo e aroeira). Além da DFlor, a Gerência de Agroextrativismo, da Diretoria de Extrativismo da SEDR, tem apoiado essas Oficinas visando a participação de um maior número possível de extrativistas. (Tabela 03)

No ano passado ocorreram algumas Oficinas: Açai, Castanha-do-Brasil, Babaçu, pelo MAPA e, Andiroba e Copaíba pelo MMA. Nesse ano ocorreram as seguintes Oficinas, coordenadas pelo MAPA, com o apoio do MMA: Carnaúba, Licuri, Caroá e Baru, Pequi e Buriti, todas em Brasília. Está prevista ainda a continuidade das Oficinas das espécies da Carnaúba e do Licuri, para fechamento dos documentos considerando uma contribuição maior de extrativistas. (Tabela 03).

As Oficinas tiveram como objetivo definir participativamente as diretrizes técnicas das boas práticas de manejo das espécies selecionadas, ou seja, a partir de uma discussão entre especialistas no assunto, com a sistematização das informações que possibilitem ao consumidor do produto a garantia que o produto da floresta está sendo extraído de forma sustentável e colaborando na manutenção da floresta em pé.

As espécies trabalhadas pelo MAPA, citadas no texto, deverão ser inseridas na Instrução Normativa 17 do extrativismo orgânico. Para estas espécies há oficinas, sistematização das informações, consulta pública e publicação das cartilhas de forma articulada através do PNPSB.

Foi verificado ainda que, alguns produtos que são trabalhados pela CEX, carecem desta sistematização de boas práticas de manejo e poderão também fazer parte dessa estratégia de ação, tais como: a borracha, o pinhão, a erva-mate, a piaçava do Amazonas, o umbu e, a juçara.

O DEFLOR da SBF – está preparando oficinas com sete espécies e contratou dois consultores que estão na etapa de levantamento bibliográfico que deve ser finalizado no meio do ano. Já foi constatado nesse levantamento bibliográfico que destaca a “Fava Danta” e “Piaçava”, que deverá ser

prioritário na preparação das Oficinas.

Além do DEFLOR, o Grupo GEF Caatinga está organizando os documentos de Boas Práticas, com base na mesma metodologia participativa do MAPA, das seguintes espécies: umbu e amburana de gambão.

Acrescidas a todos esses documentos sobre Boas Práticas de Manejo, foram lançadas pelo ISPN cartilhas com seis espécies (umbu, mangaba, pequi, coquinho azedo, capim dourado e buriti) com destaque para o modo de produção da espécie.

Tabela 03. Oficinas Boas Práticas de Manejo

Coordenação de Agricultura Ecológica - COAGRE do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Sandra)

Oficina/ Espécie	Período	Local	Situação
1.Castanha-do-Brasil	25 a 27 de agosto de 2010	Brasília	Documento preliminar finalizado e repassado para o MMA. *
2. Babaçu	Novembro de 2010	Piauí/ Teresina	Documento preliminar finalizado e repassado para o MMA. *
3. Açaí	10 e 11 de novembro de 2010	Brasília	Documento preliminar finalizado e repassado para o MMA. *
4. Licuri	27 e 28 de janeiro de 2011	Brasília	Houve a primeira oficina, há necessidade de maior participação de extrativista foi prevista uma segunda reunião em Paulo Afonso/PE que ainda não tem data marcada. <i>Tem documento formalizado e precisa ser avaliado para segunda reunião.</i>
5. Caroá	15 e 16 de fevereiro de 2011	Brasília	Documento em análise. Não foi repassado para o MMA (falta validação)
6. Barú	21 e 22 de fevereiro de 2011	Brasília	Documento em análise. Não foi repassado para o MMA (falta validação)
7. Buriti	15 e 16 de março de 2011	Brasília	Documento em análise. Não foi repassado para o MMA (falta validação)
8. Pequi	18 e 19 de março de 2011	Brasília	Documento em análise. Não foi repassado para o MMA (falta validação)
9. Carnaúba	25 e 26 de janeiro de 2011	Brasília	Houve a primeira oficina, há necessidade de maior participação de extrativista foi prevista uma segunda reunião no Piauí que ainda não tem data marcada. <i>Tem documento formalizado e precisa ser avaliado para segunda reunião.</i>

*Previsão de finalização em maio – entrega pela Sandra/MAPA no final do mês de março e mais um mês para consulta pública e depois de validado anexar a IN nº 17 – Extrativismo Orgânico.

Departamento de Floresta - Dflor/SBF/MMA (Cristiane)

Oficina/ Espécie	Período	Local	Situação
Andiroba / copaíba	-	Brasília	Documento Preliminar repassado para o MMA. Os documentos deverão, ainda, ser alvo de consulta pública antes da sua redação final e divulgação.
Jatobá, candeia, piaçava, arnica, faveira, ipê, ipê-roxo e, aroeira	O DEFLOR da SBF – está preparando oficinas com sete espécies e contratou dois consultores que estão na etapa de levantamento bibliográfico que deve ser finalizado no meio do ano.		

Fonte: CEX/DEX/MMA, março de 2011.

4. ENCAMINHAMENTOS

O fortalecimento das políticas públicas para os Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares, por meio das cadeias de produtos da sociobiodiversidade e a consolidação de mercados sustentáveis, no PNPSB, tem alcançado resultados, desde a sua criação, com o estabelecimento de ações contínuas e crescentes, demandando uma grande quantidade de trabalho e articulação nas várias esferas de governos e sociedade.

O alcance da sustentabilidade, em todas as suas vertentes (econômica, ambiental, social, cultural, etc.) tem sido construído por meio dessa política de fortalecimento dos PCTAFs, com um desenho estratégico voltado para os Arranjos Produtivos Locais e para as Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade, entendido como a inter-relação entre a diversidade biológica e a diversidade de sistemas socioculturais.

O processo de inserção dessas cadeias é dinâmico e contínuo, bem como responsável, considerando critérios técnicos que assegurem a comercialização de espécies nativas no mercado, e a sustentabilidade dos ambientes explorados. Cumpre assim com a missão do Ministério, de promover a adoção de princípios e estratégias para o conhecimento, a proteção e a recuperação do meio ambiente, e o uso sustentável dos recursos naturais.

As informações cartográficas levantadas no presente documento, como os que foram apresentados sobre os APLs e suas Unidades de Conservação e Terras Indígenas, as áreas com Projetos de Assentamentos Agroextrativistas e os Territórios Quilombolas são bases de análise que poderão ser incorporadas à rotina de trabalho dos técnicos da CEX, para dinamizar os trabalhos nos APLs.

No que diz respeito aos parceiros, é necessário fortalecer a agenda de planejamento com os estados, bem como captar recursos orçamentários e garantir o orçamento para viabilização de eventos. Nisso, busca-se fortalecer instâncias estaduais e a Interlocução entre os órgãos, além de estimular a autonomia dos núcleos gestores.

Assim, deve continuar o diálogo com os Estados de modo a promover o envolvimento e integração junto ao PNPSB. Consolidar as 9 instâncias de governanças criadas nos estados de maneira a fortalecer a participação do governo local no apoio aos PCTAFs; Retomar a articulação nos APLs: Sul do Amazonas, Bico do Papagaio e Vale do Acre.

Implantar o Plano de ação da Castanha em Oriximiná/PA.

Sistematizar a estruturação de novos APLs, como no da Mata Atlântica, seguindo a metodologia Value-LinkB, de planejamento participativo, conforme o que já foi feito nos APLs iniciais.

Fortalecer a participação dos PCTAFs no acesso às políticas públicas de inserção no mercado (PGPM-Bio, PAA, PNAE, etc) por meio de capacitação, o que pode favorecer o aumento do número de DAPs para extrativistas.

Quanto ao o Edital de justificativa do MDS, bem como o Termo de cooperação MDA/MMA é necessário dinamizar as atividades previstas, com monitoria das atividades e especial atenção aos

processos de contratações dos facilitadores nacionais e locais para que as ações ocorram no tempo esperado.

Consolidar as articulações sobre o relatório técnico da Embrapa em prol do “Modelo Tecnológico de aproveitamento integral do coco Babaçu”.

Realizar monitoramento dos convênios em Humaitá/AM e no Piauí com o MCT/PI.

Quanto aos documentos elaborados nas Oficinas de Boas Práticas de Manejo, monitorar a finalização dos produtos elaborados pelo MAPA, considerando a fase de consulta pública e validação final dos documentos para a Instrução Normativa sobre Orgânicos. Acompanhar os trabalhos do DEFLOR da SBF e dos trabalhos do Grupo GEF Caatinga. Organizar para que ocorram outras oficinas de boas Práticas de Manejo como: borracha, pinhão, erva-mate, piaçava do Amazonas, umbu, juçara. Analisar e verificar a possibilidade de inserir nas diretrizes os documentos publicados pelo ISPN.

5. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- MDA, MMA, MDS. Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade. Portaria Interministerial nº 239, de 21 de julho de 2009, orientações para implementação do Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade Brasília, julho 2009.
- MMA / SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL.
Departamento de Extrativismo, Coordenadoria de Agroextrativismo. Programa de Apoio ao Agroextrativismo. PNUD BRA/08/012.
- MELO, Fábio Wesley. Relatório Técnico Final de Avaliação do Acompanhamento e Evolução das Ações Realizadas pela Coordenadoria de Agroextrativismo no Âmbito da Implantação dos Planos de Ação das Cadeias e APL Prioritários e da Estratégia de Fomento do MMA.” Brasília, fevereiro de 2011.
- RUIZ, Rocío Chacchi. “Produto 5: Relatório técnico de avaliação do acompanhamento e evolução das ações realizadas pela Coordenação para a resolução do gargalo 1 junto aos Planos de ação das cadeias prioritárias do PNPSB (Castanha do Brasil e Babaçu)”. Brasília, dezembro de 2010.
- SOUZA, Laura Vasconcelos de. “Produto 2: Documento técnico de sistematização e avaliação das ações desenvolvidas a partir do Acordo de Cooperação firmado entre o MMA e o MDA no ano de 2009 em apoio ao Plano Nacional de Promoção das Cadeias dos Produtos da Sociobiodiversidade, com detalhamento dos principais resultados alcançados com as cadeias da Castanha do Brasil e do Coco Babaçu”. Brasília, fevereiro de 2011.

Sites consultados

www.mma.gov.br: MMA » Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável » Agroextrativismo » CEX Portal da Cidadania: Plano Nacional da Sociobiodiversidade

comunidades.mda.gov.br/portal

www.conab.gov.br

www.incra.gov.br

www.palmares.gov.br

www.cpisp.org.br

6. ANEXOS

Anexo 01 – Relatório da Reunião da CEX 21/03/2011.

Anexo 02 – Relatório da Reunião da CEX 05/04/2011.

Anexo 03 - Relatório da reunião da transição do plano 22.03.11

Anexo 04 – APL – Unidades de Conservação

Anexo 05 – APL – Terras Indígenas

Anexo 06 - Informações dos APLs Pinhão Mate e Juçara

Anexo 07 - Quilombolas no Brasil – Fundação Palmares

Anexo 08 - Quilombolas Títulos Expedidos - INCRA

Anexo 08a - Quilombolas andamento dos processos - INCRA

Anexo 09 - Sumário executivo - resultados da CONAB em 2010 - PAA

Anexo 10 - PGPMBio safra 2010 2011

Anexo 10a - Custo de Produção de Produtos extrativistas em 2011

Anexo 10b - Quadro de Pagamento aos Extrativistas PGPM 2010

Anexo 11 - DAPs por Municípios em 2010

Anexo 12 - Edital de Justificativa MDS

Anexo 13 - Termo de Cooperação MDS/MMA

Anexo 14 – Manifestação de Interesse Pequi e Piaçava

Anexo 15 – Contatos por Estado

Anexo 16 – Pasta Geoprocessamento MMA 211 (arquivos georreferenciados)